

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

UIARA GONÇALVES SOARES

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NA AVALIAÇÃO DE CURSOS DE
GRADUAÇÃO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: o caso da Biblioteca Central
da Universidade Federal de Juiz de Fora**

JUIZ DE FORA

2018

UIARA GONÇALVES SOARES

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NA AVALIAÇÃO DE CURSOS DE
GRADUAÇÃO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: o caso da Biblioteca Central
da Universidade Federal de Juiz de Fora**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Soares, Uiara Gonçalves.

A biblioteca universitária na avaliação de cursos de graduação pelo Ministério da Educação : o caso da Biblioteca Central da Universidade Federal de Juiz de Fora / Uiara Gonçalves Soares. -- 2018.

95 f. : il.

Orientadora: Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

1. Bibliotecas universitárias. 2. Bibliotecas universitárias - Administração. 3. Bibliotecas universitárias - Avaliação. 4. Ensino superior - Avaliação. 5. Universidade Federal de Juiz de Fora - Biblioteca Central. I. Alvim, Maria Isabel da Silva Azevedo , orient. II. Título.

UIARA GONÇALVES SOARES

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NA AVALIAÇÃO DE CURSOS DE
GRADUAÇÃO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: o caso da Biblioteca Central
da Universidade Federal de Juiz de Fora**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovada em: 26/01/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. orientador(a)

Membro da banca

Membro da banca

*Às memórias de Vô Jack e Vó Ilda que partiram,
mas comigo deixaram um mundo de preciosas
lembranças...*

AGRADECIMENTOS

A Deus, luz que me guia, me anima, me protege, me estimula e me dá forças para seguir sempre em frente, no caminho do bem e para a realizações dos meus sonhos, por mais impossíveis que pareçam...

A minha família pelo apoio, torcida, compreensão pelas faltas e pelo amor incondicional...

Ao marido por apoiar, acreditar, cobrar, torcer e animar quando eu já não acreditava mais em mim...

A minha orientadora Maria Isabel pelos ensinamentos, exemplo de sabedoria e conhecimento...

A ASA Helena pelos encaminhamentos, orientações, paciência e por sempre me fazer acreditar que eu conseguiria...

Aos coordenadores que tive a honra de conhecer e entrevistar para a realização desse trabalho...

Aos bibliotecários da BU que me ajudaram, torceram e que realizam um trabalho digno mesmo com toda falta de reconhecimento e apoio que merecemos...

A Universidade Federal de Juiz de Fora que implementou o PROQUALI e incentivou a qualificação profissional dos seus técnicos administrativos...

A todos que não mencionei mas que me fizeram acreditar e concluir esse trabalho.

Meu muito obrigada.

*Um dia veio uma peste e acabou com
Toda a vida na face da Terra:
Em compensação ficaram as Bibliotecas...
E nelas estava meticulosamente escrito
o nome de todas as coisas!*

Mário Quintana

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado irá discutir o preparo da Biblioteca Universitária Central (BU) da Universidade Federal de Juiz de Fora para a avaliação de cursos de graduação pelo Ministério da Educação (MEC). Os objetivos definidos para este estudo foram: averiguar as condições da biblioteca perante o Instrumento de avaliação do MEC e seus critérios avaliativos para bibliotecas; a preparação dessa biblioteca para a visita *in loco* dos avaliadores; as condições do Projeto Político Pedagógico dos cursos que ela subsidia no que se refere às indicações da bibliografia das disciplinas. Nesse sentido, a pergunta que norteia esta dissertação é: como adequar a estrutura e o acervo da biblioteca ao instrumento avaliativo de cursos de graduação do MEC? Assumimos como hipótese que a biblioteca deve ter um tempo hábil para se adequar ao instrumento de avaliação, deve saber a data da visita *in loco* para conferência dos requisitos avaliativos do instrumento, deve revisar o quantitativo de indicações dos professores nas ementas das disciplinas e da construção das bibliografias das disciplinas devem estar de acordo com o acervo disponibilizado na biblioteca. Para tanto, utilizamos como metodologia para essa dissertação uma pesquisa de campo, através de um estudo de caso e como técnicas de pesquisa entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com três coordenadores e uma vice-coordenadora dos cursos que a BU subsidia, a coordenadora e a gerente de atendimento do Centro de Difusão do Conhecimento que gerencia as bibliotecas da UFJF. Como referencial teórico, utilizaremos as análises de Lancaster (1996), Lubisco (2011), Oliveira (2004), Xavier Junior e Gomes (2004), Machado (2009), Almeida (2000), França e Portela (2016), Oliveira (2002), Brasil (2012), Dziekaniak (2006) e Maia e Santos (2015). Apresenta-se ao final desta dissertação um Plano de Ação Educacional (PAE) composto de recomendações e ações visando adequar a biblioteca universitária ao instrumento de avaliação de cursos de graduação do MEC, inspirado no trabalho realizado no SISBI/UFU.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias. Bibliotecas universitárias – Administração. Bibliotecas universitárias - Avaliação. Ensino superior – Avaliação. Universidade Federal de Juiz de Fora - Biblioteca Central.

ABSTRACT

The present dissertation is developed under the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The management case studied will discuss the preparation of the Central University Library (BU) of the Federal University of Juiz de Fora for the evaluation of undergraduate courses by the Ministry of Education (MEC). The objectives defined for this study were: to analyze the conditions of the library before the MEC Evaluation Instrument and its evaluation criteria for libraries; the preparation of this library for the on-site visit of the evaluators; the conditions of the Political Pedagogical Project of the courses that this library subsidizes with regard to the indications of the bibliography of the disciplines. In this sense, the question that guides this dissertation is: how to adapt the structure and the collection of the library to the evaluation instrument of undergraduate courses of MEC? We hypothesize that the library should: have a time to adjust to the evaluation instrument, know the date of the on-site visit to ascertain the evaluation requirements demanded, review the quantitative indicators of teachers in the subjects and their bibliographies' constructions to be properly in accordance with the collection available in the library. For that, we used as methodology for this dissertation a field research, supported by a case study and using the research techniques of semi-structured interviews that were carried out with three coordinators and a vice-coordinator of the courses that the BU subsidizes, the coordinator and the manager of the Knowledge Diffusion Center that manages the UFJF libraries. As a theoretical reference, we will use the analyzes of Lancaster (1996), Oliveira (2004), Xavier Junior and Gomes (2004), Machado (2009), Almeida (2000), France and Portela (2016), Oliveira (2002), Brazil (2012), Dziekaniak (2006) and Maia and Santos (2015). At the end of this dissertation is presented an Educational Action Plan (PAE), composed of recommendations and actions aimed at adapting the university library to the MEC undergraduate evaluation instrument, based on the work carried out at SISBI/UFU.

Keywords: University libraries. University Libraries - Administration. University Libraries - Evaluation. Higher education - Evaluation. Federal University of Juiz de Fora - Central Library.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma simplificado UFJF.....	27
Figura 2 - Organograma Biblioteca Universitária.....	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo de alunos por tipo de curso no ano 2017.....	30
Quadro 2 - Quantitativo de servidores ativos por categoria no ano 2017....	30
Quadro 3 - Bibliotecas do CDC em 2017.....	31
Quadro 4 - Critérios de análises dos indicadores.....	38
Quadro 5 - Critérios de análises do indicador bibliografia básica.....	42
Quadro 6 - Critérios de análises do indicador bibliografia complementar...	44
Quadro 7 - Critérios de análises do indicador periódicos especializados....	46
Quadro 8 - Sujeitos entrevistados na pesquisa de campo.....	60
Quadro 9 - Principais problemas encontrados nas entrevistas.....	71
Quadro 10 - Dados da pesquisa e ações propositivas.....	71
Quadro 11 - Ações propostas.....	77
Quadro 12 – Ações de monitoramento e avaliação do PAE.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número mínimo de exemplares por conceito na bibliografia básica.....	43
Tabela 2 – Número mínimo de exemplares físicos por conceito na bibliografia básica.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BASIS	Banco Nacional de Avaliadores
BU	Biblioteca Central Universitária
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CDC	Centro de Difusão do Conhecimento
CFE	Conselho Federal de Educação
CONGRAD	Conselho Setorial de Graduação
CONSU	Conselho Superior
CPC	Conceito Preliminar do Curso
DIAUS	Divisão de Atendimento ao Usuário
DIPED	Divisão de Projetos Pedagógicos
EaD	Educação a Distância
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FALE	Faculdade de Letras
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GERES	Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
HU	Hospital Universitário
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICE	Instituto de Ciências Exatas
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação

PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
RI	Repositório Institucional
SESu	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISBI/UFU	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia
SSO	Serviço Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal de Bahia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	AS BIBLIOTECAS.....	18
1.1	As bibliotecas universitárias.....	21
1.2	A Universidade Federal de Juiz de Fora.....	25
1.3	O sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Juiz de Fora ...	31
1.4	A política do MEC de avaliação dos cursos de graduação	34
1.4.1	Dimensão de avaliação infraestrutura: as bibliotecas universitárias...	39
1.4.2	Construção de planos de ensino: a relação entre as bibliotecas da UFJF e os cursos de graduação.....	47
2	A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PELO MEC	51
2.1	Avaliação de bibliotecas e a busca pela qualidade.....	52
2.2	Aspectos metodológicos da pesquisa e coleta de dados.....	58
2.3	Apresentação e discussão dos resultados	61
3	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL.....	70
3.1	O trabalho realizado pelo SISBI/UFU.....	72
3.2	Proposta para adequar a biblioteca ao instrumento de avaliação do MEC.....	76
3.2.1	Ação 1 : Capacitação.....	79
3.2.2	Ação 2: Parceria.....	79
3.2.3	Ação 3: Prática.....	80
3.3	Avaliação do Plano de Ação Educacional.....	80
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	86
	APÊNDICE A.....	91
	APÊNDICE B.....	92
	ANEXO A	93
	ANEXO B.....	95

INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), conduz o sistema de avaliação de cursos superiores no Brasil, produzindo indicadores que subsidiam os processos de regulamentação exercidos pelo MEC, assim como transparência de dados sobre a qualidade da educação superior no país (INEP, 2015). Em 2004 foi promulgada a Lei nº 10.861, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), uma política que prevê que as instituições de ensino superior e os cursos de graduação sejam avaliados periodicamente, normalmente em três momentos: para autorização, para reconhecimento e para renovação do reconhecimento. Essa política oferece diretrizes para a avaliação institucional e a avaliação dos cursos de graduação - tecnólogo, licenciatura e bacharelado, na modalidade presencial e a distância - através de dois instrumentos normativos denominados: Instrumento de Avaliação Institucional Externa e Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância (BRASIL, 2004).

Esses instrumentos possuem eixos, também denominados dimensões, a serem avaliados e dentro desses possuem critérios a serem julgados. Dentro do eixo ou dimensão Infraestrutura temos as bibliotecas universitárias como um dos critérios, sendo, portanto um indicativo de qualidade sua presença, seus serviços e seu acervo. As bibliotecas universitárias são avaliadas nos três momentos citados (autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos de graduação), tanto na avaliação institucional como na avaliação dos cursos e estão sujeitas aos critérios de avaliação desses instrumentos. Portanto, um trabalho por parte das bibliotecas nesse sentido, usando os instrumentos como norteadores de qualidade é válido e preciso no sentido de que serão futuramente avaliadas e cobradas.

Esse tema avaliação de bibliotecas me acompanha desde o início da minha profissão, com formação em Biblioteconomia, trabalhando na gestão de bibliotecas universitárias e sempre houve uma grande preocupação dos gestores das faculdades a qual trabalhei com as avaliações dos cursos de graduação, conseqüentemente da biblioteca. Iniciei meus trabalhos no setor público em 2013 quando fui nomeada para o cargo de Bibliotecário-Documentalista na Universidade

Federal de Uberlândia (UFU), onde pude acompanhar de perto os serviços e trabalhos realizados pelo Sistema de Bibliotecas da UFU (SISBI/UFU). Em 2014 eu pedi redistribuição para a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) onde, atualmente sou servidora técnica administrativa também no cargo de Bibliotecário-Documentalista e percebi, nesses três anos na UFJF, que não há uma preocupação com a preparação da biblioteca nas visitas *in loco* dos avaliadores, como é feita no SISBI/UFU. Não existe um trabalho conjunto, entre coordenações e bibliotecas, que vise os critérios do instrumento de avaliação do MEC que serão avaliados na biblioteca como: as bibliografias básicas e complementares e os periódicos especializados, não há um cuidado na construção das ementas, seja nas indicações das bibliografias das disciplinas, no cuidado dessas indicações serem feitas conforme a norma de referências (NBR 6023) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ou no uso de materiais já disponibilizados na biblioteca.

A necessidade de dissertar sobre esse tema surgiu quando estava no cargo de gerência da biblioteca de Medicina, no início de 2016, e fui informada sobre uma avaliação do MEC que o curso sofreria para reconhecimento. Ao consultar o instrumento percebi a necessidade de uma melhor preparação por parte da biblioteca, seja revendo as bibliografias básicas e complementares juntamente com os professores das disciplinas ou com a coordenação do curso; a construção das ementas das disciplinas de acordo com os critérios que serão avaliados e o acervo bibliográfico disponível na biblioteca; além da falta de comunicação e trabalho por parte da coordenação do curso em tempo hábil para preparo para a visita. Atualmente trabalhando no setor de Processamento técnico da Biblioteca Universitária Central (BU), percebo que também não há preparação adequada para a avaliação *in loco* dos cursos que a biblioteca oferece suporte (Medicina Veterinária, Radio, TV e Internet, Jornalismo e Educação Física).

Nesse contexto, este trabalho visa avaliar como estão sendo realizados os preparativos da BU da UFJF perante a política de avaliação dos cursos de graduação do MEC, mais precisamente das avaliações *in loco* da biblioteca e como é realizada a preparação dessa biblioteca para essas avaliações, respondendo à seguinte questão norteadora: como adequar a estrutura e o acervo da biblioteca ao instrumento avaliativo de cursos de graduação do MEC?

Para responder a esta questão, delimitamos como objetivo da presente dissertação analisar as deficiências acumuladas na BU para, posteriormente, propor

um plano de gestão que possa ao menos minimizar os principais fatores que contribuíram e contribuem para o estabelecimento de tais lacunas.

Como é um dos critérios de avaliação do eixo Infraestrutura é de suma importância que as bibliotecas universitárias se preocupem com as avaliações, pois sua existência, seus serviços, seu acervo e suas instalações são importantes para a nota final a qual o curso e a instituição irão receber nos processos de avaliação, porém essa preocupação deve ser estendida a toda coordenação de curso da instituição, pois a nota final do curso poderá influenciar a nota final da instituição, sendo assim um tema de âmbito de toda a instituição e não só de alguns cursos.

O conhecimento e estudo dos Instrumentos é um fator a ser desenvolvido nas bibliotecas universitárias da UFJF, pois utilizando os critérios de avaliação no dia a dia será de grande valia para quando as avaliações forem realizadas, trabalhando com tempo hábil é importante principalmente quando grandes mudanças devem ocorrer para que os critérios sejam respeitados.

Este trabalho está estruturado em 3 capítulos. No capítulo 1 informações sobre a origem das bibliotecas, descrição e histórico de bibliotecas universitárias, como é realizada uma gestão de bibliotecas universitárias de qualidade, descrevemos brevemente a UFJF com seu histórico, informações sobre sua administração e características atuais como quantitativo de cursos, alunos e servidores. Logo após especificamos o universo da UFJF no seu sistema de bibliotecas, mais precisamente no CDC que é o órgão que gerencia todas as bibliotecas da instituição. Como nosso objetivo é apresentar informações sobre a biblioteca dentro do âmbito da avaliação de cursos de graduação pelo MEC, apresentamos a política dessa avaliação da graduação, especificando a dimensão de avaliação Infraestrutura, onde encontramos os requisitos de avaliação de bibliotecas universitárias. Como parte dessa avaliação está diretamente ligada à construção de planos de ensino, foi descrito como deve ser realizada essa construção pelos professores, além de apresentar como as bibliotecas estão diretamente ligadas a esses planos e como esses planos interferem tanto no trabalho da biblioteca como no trabalho dos avaliadores nas avaliações *in loco*.

No capítulo 2 tratamos da descrição da pesquisa, ou seja, sobre os aspectos metodológicos e como a biblioteca se adequa aos instrumentos avaliativos de cursos de graduação do MEC. Dessa forma, foi investigado como os coordenadores e uma vice-coordenadora dos cursos que a BU subsidia, como a coordenação e uma

gerência do CDC lidam com o instrumento, se preparam para as visitas *in loco* e se há utilização dos resultados dessa avaliação no aprimoramento dos serviços. Também foi apresentado como ocorreu a coleta de dados e os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com os coordenadores dos cursos e uma vice-coordenadora, a coordenação e a gerência de atendimento do CDC que trabalham na BU. Percebemos nessas entrevistas que falta uma parceria entre biblioteca e cursos tanto para a avaliação dos cursos, como para a construção das ementas e disseminação de informações sobre a biblioteca, seus serviços, seu acervo e suas atualidades.

No capítulo 3, último capítulo dessa dissertação, será proposto um plano de ações, denominado Plano de Ação Educacional (PAE) para adequar a biblioteca universitária da UFJF ao instrumento de avaliação de cursos de graduação do MEC, inspirado no trabalho realizado no SISBI/UFU. O SISBI/UFU é um sistema de bibliotecas muito organizado, seus bibliotecários trabalham em conjunto para a construção de bibliotecas eficientes e tecnológicas. É um sistema a frente de várias universidades federais, seja por sua organização ou por seus projetos biblioteconômicos, fazendo com que seja um modelo ideal a ser almejado, inspirando assim bibliotecários que conhecem ou conheceram de perto seus trabalhos e projetos, como me ocorreu.

Logo após o capítulo 3 temos as considerações finais sobre o tema, sobre o trabalho e o plano e ações. De forma sucinta será finalizado o trabalho de acordo com as informações expostas ao longo da dissertação.

1 AS BIBLIOTECAS

O pensamento inicial que nos veem a mente quando falamos de biblioteca é uma coleção de livros, é um lugar que guarda livros, porém ao estudarmos sobre ela percebemos que sua definição vai além de livros e guarda.

Esse conceito inicial designando a biblioteca um local de armazenamento de livros é incoerente, uma vez que nem sempre foram livros os materiais que constituíam as bibliotecas. De acordo com Morigi e Souto (2016, p. 190):

historicamente, os suportes para a informação variaram de formato seguindo a tecnologia utilizada pelo homem. Já foram usados materiais como tabletas de argila, rolos de papiro e pergaminho e os enormes códices que eram enclausurados nos mosteiros medievais.

Ainda segundo esse entendimento, Carvalho (2016, não paginado) nos apresenta a seguinte definição:

Na maioria das línguas indo-europeias a palavra “biblioteca” pode referir-se tanto a coleções de livros quanto ao lugar que os abriga. Estes surgiram junto com a escrita, na Mesopotâmia Antiga, e se multiplicam até hoje, no século 21, principalmente em países emergentes como a China, acompanhando a edição de livros físicos que continua a crescer, apesar do advento da internet.

A história das bibliotecas é a história dos registros da informação e de um modo geral está diretamente ligada à história da humanidade, pois o homem sempre produziu informação e sempre houve a preocupação de registrá-la e conservá-la. Neste contexto as bibliotecas surgem inicialmente como o local de guarda desses registros.

As primeiras formas de escrita são as inscrições cuneiformes onde os povos (assírios, sumérios e babilônios) dos anos 3.500 a.C. utilizavam as placas de argila para registrar o conhecimento. O conjunto dessas placas pode ser entendido hoje como as primeiras formas de biblioteca (MILANESI, 1988).

Com o tempo outros meios de se registrar a escrita foram criados e o papiro é um deles. Trata-se de uma planta das margens do rio Nilo que “foi utilizada pelos egípcios já antes do terceiro milênio a.C. através de uma técnica de entrelaçar as suas fibras formando uma superfície apta a receber inscrições a tinta” (MILANESI,

1988, p.17). O rolo de papiro fabricado pelos egípcios recebia o nome de *volumen* e existiam bibliotecas com milhares de volumes.

O papiro foi substituído posteriormente pelo pergaminho que é pele de carneiro ou de outros animais mamíferos tratada de forma a permitir inscrições à tinta. O pergaminho podia ser enrolado assim como o papiro e quando os povos que o utilizavam passaram a recortar e unir cada fragmento cortado formavam um objeto chamado códice, próximo ao livro que temos hoje (MILANESI, 1988).

Segundo Milanesi (1988) apesar do alto preço tanto da importação do papiro quando da fabricação do pergaminho, naquela época havia uma produção literária que permitia formar acervos, ou seja, bibliotecas.

Não podemos falar um pouco da história das bibliotecas e não mencionar a biblioteca de Alexandria:

A Biblioteca de Alexandria nasceu em 283 a.C. Famosa nas aulas de história como aquela que foi queimada e, junto com o fogo, teve manuscritos de valor inestimável já no mundo antigo (imagina hoje!) destruídos, ela ficava em Alexandria, cidade helênica fundada no Egito por Alexandre, o Grande. O imperador seguinte ele, Sotero Ptolomeu II, quis construir um museu de estilo grego que atraísse estudiosos do mundo todo. Daí surgiu a Ptolemaic Mouseion Academy, o nome oficial da Antiga Biblioteca de Alexandria (FREITAS, 2013, não paginado).

Dessas grandiosas coleções do passado quase tudo foi perdido, os manuscritos que temos acesso hoje a maioria são cópias feitas séculos depois da morte dos seus autores. “Nas poucas obras que subsistiram dessa Antiguidade que fez pirâmides eternas e papiros precários, ou templos e palácios sólidos, mas pergaminhos frágeis há referência a muitos outros textos que se perderam definitivamente.” (MILANESI, 1988, p. 18).

Segundo Milanesi (1988) podemos afirmar sem erro que a produção literária foi várias vezes maior ao que o homem conseguiu conservar durante os séculos, as cópias manuscritas eram raras e caras e a precariedade física do suporte fez com que a maior parte das obras que precederam a imprensa se perdesse.

Foram os cristãos os que mais contribuíram para a preservação das obras literárias (a partir da queda do Império Romano, apesar de eventuais ataques a livros e bibliotecas). Em seus redutos ele formavam acervos com o objetivo de conservar os livros litúrgicos, textos das Escrituras e escritos dos padres. Nos conventos juntavam essas obras e os religiosos habilitados, em trabalho paciente, ocupavam parte de seu tempo na tarefa de passar para os pergaminhos os textos que lhes pareciam mais úteis, quase sempre religiosos. (MILANESI, 1988, p. 19)

Porém, não só obras litúrgicas eram copiadas nos mosteiros, textos profanos também foram o que propiciou a conservação de obras que, provavelmente, estariam perdidas se não fosse o trabalho dos monges copistas.

Na Idade Média não só os religiosos possuíam e preservavam os manuscritos, os reis e outras personalidades começaram a formar suas coleções particulares. “A obra literária era cara e só os mosteiros (que a produziram) e os homens que detinham o poder davam-se ao luxo de possuir um livro (MILANESI, 1988, p. 20).

Com o surgimento das universidades acelerou a produção dos manuscritos. A difusão do papel no Ocidente no século XIV barateou as cópias manuscritas, porém o passo mais significativo nesse sentido foi a invenção do tipo móvel e da prensa, feito por Gutenberg. Essas invenções permitiram a impressão em série e o livro passou a sair das oficinas, barateando e acelerando o processo, permitindo assim que as obras chegassem a um número maior de pessoas. As bibliotecas deixaram de ser tesouros para se tornarem serviços e os livros perderam seu valor material para se tornarem material de consumo, tornando-se domésticos (MILANESI, 1988, p. 21).

De um organismo estático, destinado à conservação documental, as bibliotecas passaram a desempenhar papel de grande importância na vida social, contribuindo para a democratização do ensino e da cultura dos povos. Desta forma, sua participação ativa e também a ampliação de suas atribuições básicas desde os meados do século passado, vêm crescendo, uma vez que participam ativamente do processo de educação extraescolar e dos programas correntes de comunicação de informações técnico-científicas e culturais (SPONHOLZ, 1984 p.2).

A partir das invenções de Gutenberg as bibliotecas passaram a proporcionar maior acesso à informação para um número maior de pessoas. Assim elas se desenvolveram e começaram a surgir novos estilos de bibliotecas, cada uma com

suas características específicas. As bibliotecas podem ser de vários tipos, dependendo de sua função, seu acervo e a autarquia que está vinculada, podendo ser: privada, pública, pública temática, comunitária, pontos de leitura, nacional, escolar, universitária, especializada e centro de referência.

Iniciamos este capítulo 1 apresentando um breve histórico sobre a origem das bibliotecas, posteriormente mostraremos um histórico das bibliotecas universitárias, que são um tipo específico de biblioteca, com missão e públicos diferenciados. Logo após será exposta análise sobre gestão de bibliotecas universitárias. Como o caso estudado é de uma biblioteca da UFJF, iremos apresentar a instituição, com dados gerais sobre cursos, administração e corpo docente e discente. Dos dados gerais da instituição passaremos para informações sobre o sistema de bibliotecas da UFJF, como ele é estruturado, sua administração e seus dados quantitativos. Especificando mais no tema, será apresentada a política de avaliação de cursos de graduação do MEC, seu instrumento norteador de avaliação, a dimensão de avaliação infraestrutura a qual a biblioteca universitária se encontra. Finalizamos o capítulo com a construção de planos de ensino dos cursos de graduação e a relação com a biblioteca universitária.

1.1 AS BILIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A origem das universidades ocorreu no final do século XI no ano de 1088, na cidade de Bolonha na Itália a partir de um centro de cultura existente na época denominado 'Escola de Artes Liberais'. Esse centro foi se desenvolvendo e foram surgindo outras escolas: episcopais, monásticas e particulares que doutrinavam Direito, com a fusão dessas escolas surgiu em 1088 a Universidade de Bolonha que atraía inúmeros alunos de diversas partes da Europa durante vários anos (SIMÕES, 2013).

Com o passar dos anos outras universidades foram sendo criadas como: a Universidade de Oxford (1096), a Universidade de Paris (1150) e a Universidade de Modena (1175) (SIMÕES, 2013).

Sendo as universidades locais de desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão educacional, assim como locais que possibilitam o conhecimento e o desenvolvimento humano, as bibliotecas sempre tiveram presença marcante nessas instituições, como setor participativo no processo desenvolvimento educacional,

sendo um elemento de apoio para a docência, a investigação e a extensão cultural, atividades fundamentais de toda universidade. A origem das bibliotecas universitárias data da Idade Média e está ligada às bibliotecas das ordens religiosas, que deram sustentação à criação das universidades, conforme afirmam Morigi e Souto (2006, p. 191):

As bibliotecas universitárias surgiram na Idade Média, pouco antes do Renascimento. A princípio elas estavam ligadas às ordens religiosas, porém já começavam a ampliar o conteúdo temático além da religiosidade. Estas bibliotecas são as que mais se aproximavam do conceito atual de biblioteca como espaço de acesso e disseminação democrática de informação. O número de estudantes universitários aumentou, ocasionando o crescimento também da produção intelectual. Os livros ainda eram manuscritos o que dificultava a reprodução destes para o estudo.

Nessa época as bibliotecas universitárias eram lugares reservados, de acesso restrito e com a função de colecionar e preservar o conhecimento produzido, já que esse conhecimento não podia ser divulgado livremente (CARVALHO, 2004). Ainda segundo Carvalho (2004, p. 80) “[...] independente do espaço-tempo da análise, é possível constatar que a biblioteca universitária é focada como um dos pilares do seu macroambiente, gestora do conhecimento nele produzido e/ou que nele circula”.

Uma universidade que investe na sua biblioteca tornando-a adequada para o funcionamento dos seus cursos estará oferecendo base para os estudos, para as pesquisas, para as investigações, etc. Neste sentido temos a biblioteca universitária como uma necessidade primária para o desenvolvimento do conhecimento humano.

De acordo com Prado (1992, p. 15) “a biblioteca universitária deve funcionar como um serviço de documentação, não só conservando, mas também difundindo documentos. Estará assim em melhores condições de servir aos estudiosos e pesquisadores”.

Assim, a função primária das bibliotecas universitárias de ser depósito do saber passa a atingir o *status* de espaço do saber, com o tempo e as modificações da sociedade as bibliotecas amadureceram sem perder sua essência, a socialização da informação e do conhecimento, seja no formato tradicional, com estantes paralelas e organizadas, quer no formato eletrônico, seu maior desafio atual.

No Brasil o início da trajetória das bibliotecas universitárias está ligado ao início das instituições de ensino superior, das ações jesuítas, que tiveram seus

acervos confiscados após sua expulsão, até o surgimento das escolas superiores no século XIX e o início do século XX (CARVALHO, 2004).

As bibliotecas universitárias brasileiras primeiramente surgiram pequenas, isoladas, carentes de serviços bibliotecários. Mantinham seus acervos fechados, inertes e organizados de forma artesanal e intuitiva. Sobre esse cenário Carvalho (2004, p. 84) afirma:

O que sabemos é que as bibliotecas se formaram, mas não de forma cooperativa. O exemplo flagrante dessa falta de cooperação ocorreu nas universidades, que, tendo se formado pela reunião das escolas isoladas de ensino superior, serviram de modelo para a formação de suas bibliotecas. As bibliotecas universitárias se constituíram, pois, de iniciativas particulares isoladas o que propiciou uma verdadeira proliferação de bibliotecas setoriais.

Esse cenário começa a alterar em 1947 quando a Universidade de São Paulo (USP) cria sua biblioteca central e a iniciativa de um catálogo coletivo de livros e periódicos e em 1953 quando a Universidade do Recife institui a centralização do serviço de aquisição e processamento técnico do acervo. Outros marcos no desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras aconteceram na década de 60 como: a criação do Serviço Central de Informações Bibliográficas na Universidade da Bahia, a criação da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB) que apresenta a centralização como um novo significado na estrutura das bibliotecas universitárias e quando o Conselho Federal de Educação recomenda a existência de biblioteca nas instituições de ensino superior como requisito para reconhecimento de cursos superiores (CARVALHO, 2004).

Outro acontecimento que não podemos deixar de mencionar foi a Reforma Universitária brasileira em 1968, ela trouxe avanços para as bibliotecas universitárias, pois foi a partir dela que as autoridades da área passaram a investir no setor, melhorando as condições de funcionamento, equipamentos, acervos e equipe bem como à oferta de serviços (CARVALHO, 2004).

Para Milanesi (1988, p. 72):

Enfim, a universidade e a biblioteca refletem-se. Uma medida da qualidade de uma instituição de ensino superior é a excelência de sua biblioteca. Ela, talvez, possa ser considerada a determinante da qualidade. Não é possível a existência de uma universidade de nível alto erguida sobre uma biblioteca com acervo ridículo, pessoal incompetente e espaço inadequado. O primeiro passo para se instituir uma universidade deveria ser a formação de um acervo com o maior número possível de informações. Essa, infelizmente, não é uma iniciativa comum. É impossível existir vitalidade nos laboratórios e nas salas de aula sem que a biblioteca, a grande memória, estimule todo o corpo.

Leitão (2005) afirma que os principais estudiosos em Biblioteconomia reconhecem a especificidade da função das bibliotecas universitárias e apontam a relação com seu usuário (pesquisador, cientista, professor, aluno, funcionário e comunidade externa) como sua maior missão, ainda mais a biblioteca universitária cuja existência se justifica pelo apoio que oferece ao desenvolvimento e produção do conhecimento.

Uma vez organizada a biblioteca precisa ser administrada. Segundo Prado (1992, p. 4) “quem a dirige terá que prever o desenvolvimento e as dificuldades em todos os setores e saber levantar um plano de ação”.

Uma administração ideal para bibliotecas universitárias é uma gestão democrática “onde haja respeito pelo pensamento do pessoal profissional e onde todos os colaboram com a administração com ideias, dedicação e esforço” (PRADO, 1992, p. 4). Seguindo essa premissa podemos afirmar que temos uma gestão por meio de objetivos e não de ordens.

Ainda sobre gestão democrática Vanti (1999, p. 335):

Este estilo de administração prioriza a tomada de decisões por consenso, procurando contemplar todas as opiniões e pontos de vista dos integrantes de uma equipe de trabalho. Para isto, estimula a exposição constante de razões, argumentos, críticas, sugestões e idéias por parte de todos os membros, inclusive dos mais introvertidos. Esta proposta busca um permanente envolvimento mental e emocional, apontando para a motivação e a assunção de maiores responsabilidades por parte dos integrantes do grupo. Pressupõe ampla liberdade de ação e pensamento, tanto nos relacionamentos humanos dentro do local de trabalho, quanto na forma de levar a cabo as diversas tarefas.

Para se administrar uma biblioteca é necessário uma reflexão sobre o papel da biblioteca dentro do seu contexto, no caso das bibliotecas universitárias é preciso

haver uma integração da Instituição de Ensino Superior (IES) com a biblioteca. Assim é necessário que a missão, os objetivos, as estratégias, as metas e as políticas devem estar de acordo com os anseios da IES. Além disso é preciso que o bibliotecário que irá gerenciar a biblioteca a veja como uma organização, aplicando os princípios de administração, que os auxilia na própria tarefa de administrar e no desenvolvimento de instrumentos de gestão específicos para sua biblioteca (DZIEKANIAK, 2009).

Ainda sobre administração de bibliotecas Dziekaniak (2009, p. 37) afirma:

Para uma BU ter um bom desempenho necessita, sobretudo, de bons instrumentos de gestão, do envolvimento de toda equipe, bem como de uma predisposição da direção para, no mínimo, enfrentar as necessidades da comunidade acadêmica e as exigências dos critérios de avaliação utilizados pelo Ministério da Educação (MEC). É importante ressaltar que, para uma IES permanecer atuante, necessita do reconhecimento dos seus cursos junto ao MEC e, para isso, precisa contar com a eficácia do seu órgão fundamental de apoio – a Biblioteca -, o qual é um setor em destaque a ser avaliado pelas comissões de reconhecimento de cursos.

Podemos observar nessa citação a importância que uma gestão possui quanto ao funcionamento da biblioteca universitária. Quando essa gestão é satisfatória, a biblioteca se desenvolve, há ampliação dos seus serviços e o ambiente de trabalho passa a ser propício para o fortalecimento da missão da biblioteca. Assim, o sucesso nos processos de avaliação que a biblioteca passará será consequência de todo trabalho desenvolvido durante todo o tempo.

1.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A UFJF foi criada em 23 de dezembro de 1960 com a junção de estabelecimentos de ensino superior de Juiz de Fora, por um feito do então presidente Juscelino Kubitschek, sendo a segunda universidade federal criada no interior do Brasil, atrás apenas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Seu campus universitário foi construído em 1969 onde permanece até os dias atuais (UFJF, c2017a).

Os primeiros cursos ofertados foram: Medicina, Engenharia, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia. Posteriormente foram vinculados os cursos de Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e

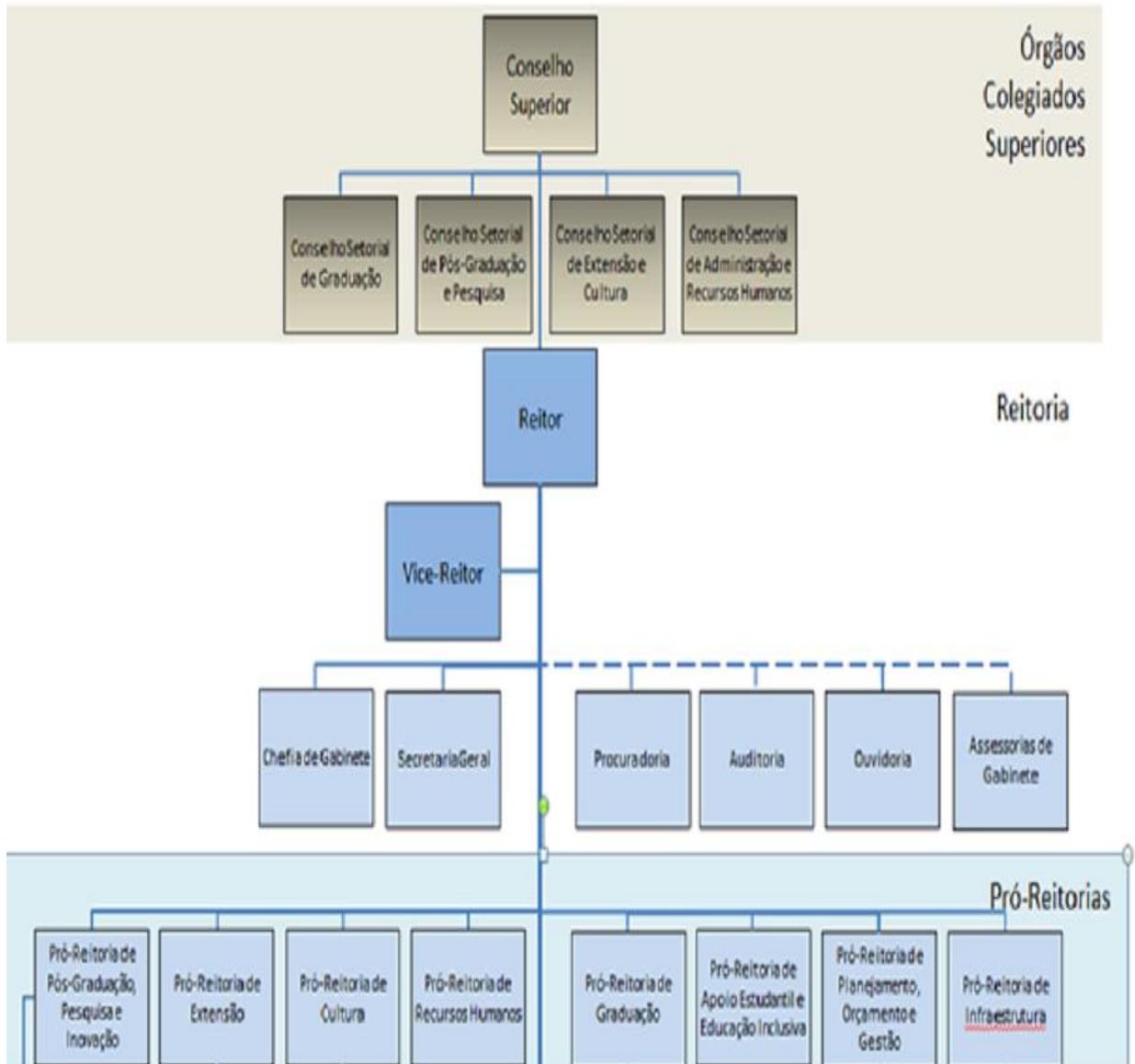
História. Na década de 70, época da Reforma Universitária, a UFJF criou três institutos: Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Em 1990 houve a criação do Centro de Ciências da Saúde (CCS), onde funcionaria os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina. Em 2006 foi ano de criação do Instituto de Artes e Design e da Faculdade de Letras (FALE) (UFJF, c2017a).

No ano de 2012 foi aprovada pelo Conselho Superior (Consu) da UFJF a criação do campus em Governador Valadares. A votação aconteceu em 16 de fevereiro de 2012 com aprovação de todos os membros presentes do conselho. O campus avançado iniciou suas atividades em 19 de novembro de 2012 (UFJF, c2017a).

Em 2013 o curso de Medicina passou a funcionar nas novas instalações construídas ao lado do Hospital Universitário (HU) no bairro Dom Bosco, onde em 2016 o curso de Fisioterapia também passou a ser ministrado (UFJF, c2017a).

Segundo informações do portal na internet da UFJF (c2017a) a organização administrativa da UFJF é composta pelos colegiados superiores, reitoria e pró-reitorias, conforme organograma da Figura 1.

Figura 1- Organograma simplificado UFJF



Fonte: UFJF, c2017a.

O Consu “é o órgão máximo de deliberação interna da instituição, possuindo funções normativa, deliberativa e de planejamento da UFJF.” (UFJF, c2017a, não paginado). É ele que determina as diretrizes e o planejamento institucional, monitora a sua execução de acordo com a legislação federal e os regimentos internos:

De acordo com o Estatuto da UFJF, o Conselho Superior é composto pelos seguintes membros: o reitor, como seu presidente; o vice-reitor; os pró-reitores; os diretores das unidades acadêmicas; o diretor do Hospital Universitário; três representantes do Conselho de Graduação; três representantes do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação; três representantes do Conselho de Extensão e Cultura; um docente indicado pela entidade de classe; sete representantes discentes, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes; sete representantes dos servidores técnico-administrativos, indicados pela entidade de classe; o último ex-reitor que tenha completado mandato; e dois representantes da comunidade, sendo um da classe trabalhadora e um da classe patronal (UFJF, c2017a, não paginado).

O Conselho Setorial de Graduação (Congrad) é um órgão responsável por propor ao Consu as diretrizes relacionadas aos cursos de graduação, à educação básica, ao ensino profissional e aos cursos sequenciais da universidade. Compete também ao Congrad a “criação de novos cursos, os currículos acadêmicos, os critérios de ingresso e de preenchimento das vagas da instituição e o calendário escolar” (UFJF, c2017a, não paginado).

O Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa é responsável pelas políticas e normatizações. É ele que “estabelece normas gerais para organização, funcionamento, avaliação e alterações necessárias aos cursos de pós-graduação e aos programas e projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da Universidade” (UFJF, c2017a, não paginado).

A Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa é responsável pelo suporte e funcionamento dos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* da UFJF, buscando sempre a sua consolidação e expansão (UFJF, c2017a).

A Pró-reitoria de Graduação é responsável pelos cursos de graduação. “Coordena, junto às unidades acadêmicas e ao Conselho Setorial de Graduação, a formulação e implementação de políticas para o ensino da graduação” além de criar mecanismos para o desenvolvimento da qualidade acadêmica da UFJF (UFJF, c2017a, não paginado).

Outra Pró-reitoria é a de Extensão cuja missão é promover e associar o ensino, a pesquisa e a sociedade. É ela que “coordena e apoia programas, projetos, eventos, cursos, prestações de serviço e demais atividades de extensão, considerando o compromisso social da Universidade” (UFJF, c2017a, não paginado).

A Pró-reitoria de Cultura que atua nos meios “de projetos de formação de público, universalização do acesso à produção e à fruição de bens culturais e de integração entre comunidade e universidade” (UFJF, c2017a, não paginado).

A Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva tem como missão a formulação, implantação, gestão e acompanhamento de políticas de apoio estudantil. É responsável pelo gerenciamento das bolsas de assistência financeira, busca compreender as demandas socioeconômicas e psicopedagógicas dos estudantes (UFJF, c2017a).

A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas é “responsável pela realização dos concursos públicos da instituição, bem como pelo gerenciamento da vida funcional dos servidores, incluindo remuneração, progressão profissional, afastamentos para capacitação e movimentação de pessoas” (UFJF, c2017a, não paginado).

A Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças é responsável por “elaborar a proposta orçamentária e o plano de gestão da instituição, identificar as necessidades de aquisição de bens e de contratação de serviços, [...] elaborando e gerindo os contratos e licitações pertinentes” (UFJF, c2017a, não paginado).

E por fim a Pró-reitoria de Infraestrutura e Gestão é responsável por fazer “a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos projetos e das obras de engenharia que implicam em ampliação de área na Universidade.” Também cuida das ações de sustentabilidade, sistema de compras, almoxarifado, patrimônio, o sistema de segurança, os serviços de transporte, de correspondência e de protocolo.

Segundo o portal da UFJF (c2017a) no Quadro 1 apresenta dados do quantitativo de alunos por modalidade de curso:

Quadro 1 – Quantitativo de alunos por tipo de curso no ano 2017

Tipo de curso	Total de alunos
Ensino fundamental	908
Ensino médio	182
Graduação presencial	16.702
Graduação UAB	1.419
Especialização	171
Especialização EAD	64
Mestrado	172
Doutorado	676
TOTAL	20.294

Fonte: UFJF, c2017a.

Podemos afirmar, portanto que a UFJF possui atualmente 20.294 estudantes. Mas não é somente alunos que compõe a universidade, os recursos humanos também são importantes para o bom funcionamento da instituição. Segue abaixo no Quadro 2 dados referente aos servidores da UFJF, segundo portal de acesso a informação da instituição:

Quadro 2 – Quantitativo de servidores ativos por categoria no ano 2017

Categoria	Total
Docentes substitutos	201
Docentes efetivos	1534
Médicos residentes	270
Técnicos-administrativo	1585
TOTAL GERAL	3.590

Fonte: UFJF, 2017.

A universidade também possui funcionários terceirizados, porém não foi encontrado o quantitativo numérico atual desses funcionários, mas podemos afirmar que eles se encontram em todos os setores da instituição, contribuindo com o seu trabalho para o desenvolvimento da UFJF.

Sobre os cursos a UFJF possui 93 cursos de graduação, 36 mestrados e 17 doutorados abrangendo todas as áreas do conhecimento (UFJF, 2017).

1.3 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

O CDC é um órgão suplementar na administração da UFJF, subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, responsável pelo gerenciamento das 18 bibliotecas da instituição – uma biblioteca central e 17 bibliotecas setoriais conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Bibliotecas do CDC em 2017

BIBLIOTECA	CAMPUS
Biblioteca Universitária Central(BU)	JUIZ DE FORA
Biblioteca da Administração e Ciências Contábeis	
Biblioteca da Economia	
Biblioteca da Educação	
Biblioteca do Direito	
Biblioteca da Enfermagem	
Biblioteca de Exatas	
Biblioteca de Farmácia e Odontologia	
Biblioteca do Instituto de Artes e Design	
Biblioteca do Instituto de Ciências Biológicas	
Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas	
Biblioteca Serviço Social	
Biblioteca da Letras	
Biblioteca da Medicina	
Biblioteca Museu de Artes Murilo Mendes,	
Biblioteca do Colégio de Aplicação João XXIII	
Biblioteca Centro	Governador Valadares
Biblioteca Vila Bretas	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A estrutura organizacional do CDC é composta por uma coordenação geral e três gerências gerais: Gerência de Acervo, Gerência de Atendimento e Gerência de Referência e Comunicação. A maioria das bibliotecas setoriais possui bibliotecário que é responsável pela gerência de cada biblioteca, somente as bibliotecas do ICE e do Serviço Social (SSO) não possuem, ficando, portanto subordinadas diretamente ao CDC. Toda decisão referente às bibliotecas são tomadas pela coordenação e

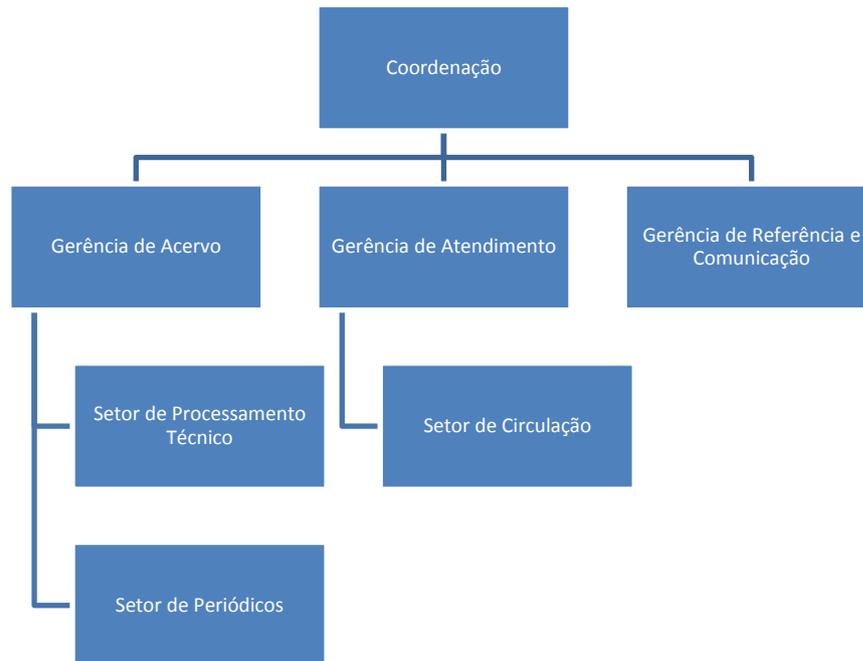
gerências gerais – ocupadas por bibliotecárias – e repassadas assim aos outros bibliotecários.

Segundo UFJF (2015,) a missão do CDC é “centralizar e coordenar os serviços e produtos informacionais das bibliotecas da UFJF” e as bibliotecas têm por finalidade “reunir, organizar e difundir a informação documental necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade”. O CDC é responsável também pelo Repositório Institucional (RI) da UFJF que é uma base de dados de acesso online e aberto cujo objetivo é disponibilizar a produção acadêmica da instituição

O acervo das bibliotecas é composto por: livros, folhetos, publicação avulsa, obras de referência, material audiovisual, periódicos, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações, teses, tablets, netbooks e bases de dados de acesso online. De acordo com o *software* de gerenciamento das bibliotecas Pergamum (2017), atualmente o acervo possui aproximadamente 176.457 títulos e 346.695 exemplares de todas as áreas do conhecimento: ciências sociais aplicadas, ciências humanas, ciências exatas e da terra, ciências da saúde, ciências biológicas, engenharia, linguística e artes.

Inaugurada em 1975 e localizada no centro do campus universitário, a BU conta com um acervo de aproximadamente 57.775 títulos e 119.218 exemplares (PERGAMUM, 2017), sendo assim a biblioteca que possui o maior acervo entre as bibliotecas do CDC. Tem por objetivo reunir, organizar e difundir a informação bibliográfica necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O organograma da BU é expresso pela Figura 2:

Figura 2 - Organograma Biblioteca Universitária



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

A coordenação é responsável pelas funções administrativas dentro do CDC, pelo direcionamento das propostas e ajustes das metas a serem alcançadas em sua gestão. Também planeja, organiza, dirige, coordena e avalia o trabalho de todos os funcionários do sistema. Toda tomada de decisão referente às bibliotecas é de total responsabilidade da coordenação, que juntamente com as gerências procura sempre encontrar caminhos para o crescimento e desenvolvimento das bibliotecas.

A gerência de acervo é responsável por todo o acervo do CDC, gerenciando as doações, as aquisições, as assinaturas e todo desenvolvimento de setor de periódico e processamento técnico, procurando sempre novas tecnologias e novos meios de facilitar o acesso dos usuários às informações contidas no acervo.

A gerência de atendimento como o próprio nome diz é responsável pelo atendimento das demandas dos usuários, seja na solução de problemas relacionados à multas, empréstimos, renovações e operações no sistema, como também ministra os treinamentos oferecidos pela biblioteca.

A gerência de referência e comunicação é responsável pelas redes sociais do CDC, pelas novas tecnologias utilizadas nas bibliotecas, pelo serviço de referência das bibliotecas, pelo que for relacionado à comunicação do CDC, ou seja avisos, marketing, *layout* das bibliotecas e *folders* explicativos.

1.4 A POLÍTICA DO MEC DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Uma definição de avaliar, segundo Houaiss, Villar e Franco (2004, p. 79) é “estabelecer o valor ou o preço de; determinar a quantidade de, contar; pensar ou determinar a qualidade, a intensidade etc. de”. Podemos dizer, portanto, que a ação de avaliar está diretamente ligada a qualidade do que está sendo avaliado, como escreveu Lancaster (1996, p.1) “a avaliação é um ramo da pesquisa, a aplicação do ‘método científico’ para determinar, por exemplo a qualidade do desempenho de um programa”. Segundo Zainko (2008) o processo de avaliação da educação superior no Brasil é marcado por progressos e retrocessos. Como a educação superior é um marco recente na história do país, se comparada a tradição milenar das escolas europeias, a avaliação desse estágio da educação também o é.

O desenvolvimento da avaliação da educação superior no Brasil começou em 1968, quando o Grupo de Trabalho ligado ao governo militar, propôs a Reforma Universitária que detecta a necessidade de aumentar as matrículas no ensino superior do país acompanhando a tendência em outros países. Segundo Zainko (2008, p.827) “tem início aí o ‘boom’ da expansão da Educação Superior com aumento indiscriminado de instituições e de matrículas, sem que com isso fosse assegurada a democratização do acesso com garantia de permanência e qualidade”.

Em 1983 o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) que, segundo Barreyro e Rothen (2008), foi desenvolvido no final do governo militar por iniciativa do Conselho Federal de Educação (CFE) como desdobramento de discussões internas desse conselho decorrentes das greves mantidas nas universidades federais, o esgotamento do governo militar e a redemocratização do país, tinha como objetivo conhecer as condições reais nas quais se realizavam as atividades de produção e disseminação do conhecimento do sistema de educação superior e realizar uma avaliação comparativa de todo o sistema.

Com o fim do PARU, em 1984, e com o entendimento sobre a importância da avaliação da educação superior, foi criado em 1985 a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior que apresentou o relatório ‘Uma Nova Política para a Educação Superior’ que, de acordo com Zainko (2008, p. 828), “destaca como um dos mais graves problemas do ensino superior brasileiro a falta de parâmetros para que o governo tenha uma política racional de alocação de recursos

públicos, que fortaleça as melhores instituições e induza as demais ao aperfeiçoamento”.

O Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES) foi criado em 1986 com função executiva elaborar uma proposta de reforma universitária a partir do relatório final da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior. Barreyro e Rothen (2008, p.144) afirma que “o GERES defendia que deveria ser assegurado o recurso mínimo para a sobrevivência das instituições federais, mas parte do financiamento das atividades deveria estar vinculada aos resultados da avaliação de desempenho.” A avaliação segundo o GERES teria a função de controlar a qualidade do desempenho da educação superior, principalmente na pública, pois na privada o próprio mercado faria essa regulação, uma vez que o setor depende do sucesso do seu produto para sua manutenção e expansão.

Em 1993 o MEC criou na Secretaria de Educação Superior (SESu) a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras com o objetivo de estabelecer diretrizes e viabilizar a implementação do processo de avaliação das universidades brasileiras. A partir disso foi criado então o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Segundo Zainko (2008, p. 829):

Neste modelo avaliativo, cabe ao MEC articular, viabilizar e financiar a avaliação da educação superior, estimulando a adesão voluntária das instituições a esta prática avaliativa. A avaliação é compreendida enquanto um processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, com vistas a averiguar em que medida são cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente.

Com a mudança de governo para do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995, o modelo avaliativo PAIUB não mais se encaixava na realidade. Sobre isso Zainko (2008, p. 830) afirma:

É demandada uma prática avaliativa que apresente mais afinidade com os pressupostos de redução do papel do Estado no provimento de ensino superior, que lhe possibilite, contudo, manter o controle último do sistema. Interessa a constituição de um sistema avaliativo que tenha como um de seus pilares a averiguação dos produtos educacionais, em especial daqueles relacionados ao ensino, que possibilite constatar quais conhecimentos (e em que medida) são adquiridos pelos alunos ao longo do ensino superior e que possa ser organizado de forma que permita a comparabilidade entre as performances das diferentes instituições.

Nesse contexto, foi criado então o Exame Nacional de Cursos, o chamado Provão, que nada mais é que uma prova avaliativa com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso a fim de verificar os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão de graduação.

Com o término do mandato de FHC e início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, houve uma série de mudanças nas políticas da educação superior, entre as quais as políticas de avaliação. Foi criado o SINAES, que tem por finalidade a:

melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004, p.3)

Atualmente o SINAES é um sistema atrelado ao INEP que conduz os processos de avaliação de cursos superiores no Brasil, produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, como garante a transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade (INEP, 2015).

Em 2007 foi criado o e-MEC “sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação” (BRASIL, 2007, p.39). Todo processo de abertura e finalização de avaliação deverá ser feito por meio do e-Mec de forma eletrônica.

Atualmente, no âmbito do SINAES, a regulação dos cursos de graduação no país prevê que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de

educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento, conforme INEP (2015):

- a) Para autorização: essa avaliação é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. Ela é feita por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASis). Os avaliadores seguem parâmetros de um documento próprio do MEC, que orienta as visitas, os instrumentos para avaliação *in loco*. São avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.
- b) Para reconhecimento: quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar seu reconhecimento, é feita, então, uma segunda avaliação para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização. Essa avaliação também é feita segundo instrumento próprio, por comissão de dois avaliadores do BASis, por dois dias, e são avaliados a organização didático-pedagógica, os corpos docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.
- c) Para renovação de reconhecimento: essa avaliação é feita de acordo com o ciclo do SINAES, isto é, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC), que é um indicador de qualidade que leva em consideração o desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho de estudantes (Enade), o corpo docente e condições oferecidas para o desenvolvimento do processo formativo e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados *in loco* por dois avaliadores ao longo de dois dias.

Para essas visitas *in loco* os avaliadores deverão obrigatoriamente utilizar os critérios de avaliação estabelecidos no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, elaborado em 2015, para além de avaliar, também estabelecer conceitos de acordo com a realidade encontrada nas IES (INEP, 2015a).

Esse instrumento apresenta 3 eixos avaliativos:

- a) Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica;
- b) Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial;
- c) Dimensão 3: Infraestrutura.

Analisando o Instrumento vigente (INEP, 2015a), percebemos que a Dimensão 1 estabelece 27 indicadores a serem avaliados, a Dimensão 2 possui 20 indicadores e a Dimensão 3 possui 22 indicadores, totalizando 69 indicadores a serem avaliados pelos avaliadores durante a visita *in loco* na instituição, que costumam ser realizada durante 2 dias. Mas isso não garante que outros aspectos não possam ser cobrados, analisados ou avaliados pelos avaliadores, pois eles são os representantes do MEC e possuem o dever de garantir que a instituição possua condições para ofertar o curso com qualidade.

Cada indicador será estabelecido e analisado pelos avaliadores e esses deverão atribuir um conceito de 1 a 5 de acordo com a Quadro 4:

Quadro 4 – Critérios de análises dos indicadores

Conceito	Descrição
1	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito NÃO EXISTENTE.
2	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito INSUFICIENTE.
3	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito SUFICIENTE.
4	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.
5	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito EXCELENTE.

Fonte: (INEP, 2015a, p.1)

Os conceitos são dados de acordo com a realidade encontrada pelos avaliadores, de forma crescente, onde o indicador de menor valor será o conceito 1 para indicador 'Não existente' e o de maior valor será o conceito 5 para indicador 'Excelente'. Portanto, quanto maior o conceito, maior a qualidade do indicador avaliado.

1.4.1 Dimensão de avaliação infraestrutura: as bibliotecas universitárias

Com o crescimento acelerado da educação superior no Brasil, surgiu uma preocupação por parte de governo e sociedade, da qualidade educacional das instituições que ofertam cursos, sejam elas públicas ou privadas. A lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a conhecida Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), já apresentava essa preocupação:

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências. (BRASIL, 1996)

Assim, as IES e seus cursos são submetidas regularmente a avaliações de qualidade para serem autorizadas pelo MEC a ofertar cursos. Vários critérios são avaliados a fim de medir a qualidade do curso que está sendo ofertado e a biblioteca, sendo um setor relacionado diretamente ao curso, não foge a esse processo.

Sobre a biblioteca no contexto avaliativo do MEC Xavier Junior e Gomes declaram que:

A avaliação da biblioteca está concentrada na dimensão de infraestrutura por ser um órgão relacionado à estrutura da faculdade. São conceituados a disponibilidade de títulos indicados na bibliografia básica e complementar das disciplinas do curso (que está passando por processo de autorização, reconhecimento ou credenciamento), além dos periódicos especializados para relativos à área de concentração do curso. Ou seja, o MEC visa avaliar a adequação da biblioteca à proposta do curso.

Assim, podemos afirmar que a biblioteca universitária tem a missão de dar suporte informacional aos cursos que a instituição de ensino a qual ela está inserida

oferece, para garantir assim a assimilação do conteúdo, participando ativamente do processo de ensino/aprendizagem.

Como dito anteriormente, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação estabelece três eixos para avaliação e um deles é a Infraestrutura. Nessa dimensão será avaliada a parte física da IES e podemos observar vários setores de monitoramento, chamados no Instrumento de indicadores, alguns são gerais para todos os cursos e outros são específicos de acordo com a área e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Os indicadores gerais são: gabinetes de trabalho para professores tempo integral, espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos, sala de professores, salas de aula, acesso dos alunos a equipamentos de informática, bibliografia básica, bibliografia complementar, periódicos especializados. Os indicadores específicos são: quantidade, qualidade e serviços de laboratórios didáticos especializados para cursos que utilizam laboratórios, sistema de controle de produção e distribuição de material didático para cursos de Educação a Distância (Ead), núcleo de práticas jurídicas para curso de Direito. Para cursos na área de saúde os indicadores específicos são: unidades hospitalares e complexo assistencial conveniado, sistema de referência e contrarreferência, biotérios, laboratórios para ensino para a área de saúde, laboratórios de habilidades, protocolos de experimentos. Para cursos que contemplam no PCC a pesquisa em humanos e animais: comitê de ética em pesquisa, comitê de ética na utilização de animais.

A biblioteca é avaliada nesse eixo, mais especificamente nos indicadores: bibliografia básica, bibliografia complementar e periódicos. Assim o acervo da biblioteca deverá estar de acordo com o PPC e as indicações das bibliografias e periódicos das disciplinas periódicos para o curso.

Segundo Xavier Junior e Gomes (2004, p. 5):

São conceituados a disponibilidade de títulos indicados na bibliografia básica e complementar das disciplinas do curso (que está passando por processo de autorização, reconhecimento ou recredenciamento), além dos periódicos especializados para relativos à área de concentração do curso. Ou seja, o MEC visa avaliar a adequação da biblioteca à proposta do curso.

Como informando anteriormente, de acordo com o instrumento, a biblioteca é avaliada de acordo com três indicadores, porém os avaliadores podem analisar e

avaliar outros aspectos da biblioteca, relatando melhor a realidade da biblioteca, como bem exemplifica Xavier Junior e Gomes (2004, p. 5):

(...) no momento da visita de auditoria, regra geral, o MEC solicita informações sobre outros aspectos da biblioteca, como por exemplo: espaço físico (espaço para estudo individual e em grupo, área de atendimento ao aluno, área da administração da biblioteca e processos técnicos, área dos acervos, conforto térmico, luminosidade, segurança e acessibilidade); acervo (política de desenvolvimento de coleções, tombamento das obras, acervo virtual e multimeios, manual de elaboração de trabalhos acadêmicos e orientações para normalização de trabalhos técnico-científicos); regulamento da biblioteca; informatização do acervo (qualidade do sistema de pesquisa controle de circulação de materiais, disponibilidade de acesso via internet); organização administrativa da biblioteca (forma de gestão, recursos humanos, disponibilidade de recursos); produtos e serviços ofertados à comunidade acadêmica.

Portanto, a biblioteca não deve focar seus esforços somente para os indicadores do instrumento, todo o trabalho realizado, seja pelo bibliotecário ou pelos auxiliares, também pode sofrer avaliação. A qualidade nessa perspectiva será medida pela gestão da biblioteca, a existência de um setor organizado, os produtos e serviços prestados, o controle bibliográfico, o ambiente adequado e o aparelhamento físico, técnico e metodológico.

Alguns relatórios poderão ser solicitados na visita *in loco*, tais como: o quantitativo total do acervo, a quantidade de empréstimos domiciliares, consulta, renovações e devoluções que a biblioteca realizou em determinado período, o número de usuários que a biblioteca atende, por exemplo. É importante que esses relatórios possam ser gerados pelo *software* de gerenciamento da biblioteca de maneira fácil e rápida, uma vez que as visitas à biblioteca costumam não ser muito demoradas e a não apresentação dos mesmos quando solicitados não é bem visto.

O comprometimento de todos os funcionários da biblioteca é essencial para que o resultado da avaliação seja positivo, o bibliotecário deve estar atento aos documentos especiais da biblioteca, como a política de desenvolvimento de coleções, o manual de elaboração de trabalhos científicos, o regulamento e o regimento da biblioteca, atualizando-os sempre que necessário.

De acordo com o Instrumento atual (INEP, 2015a) os avaliadores deverão seguir as recomendações descritas, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Critérios de análises do indicador bibliografia básica

Indicador	Conceito	Critérios de análise
<p>3.6. Bibliografia básica</p> <p>(Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)</p> <p>Nos cursos que possuem acervo virtual (pelo menos 1 título virtual por unidade curricular), a proporção de alunos por exemplar físico passa a figurar da seguinte maneira para os conceitos 3, 4 e 5:</p> <p>Conceito 3 – de 13 a 19 vagas anuais.</p> <p>Conceito 4 – de 6 a 13 vagas anuais</p> <p>Conceito 5 – menos de 6 vagas anuais</p> <p>Procedimentos para cálculo:</p> <p>Identificar as unidades curriculares (disciplinas) do curso, identificar os títulos (livros) da bibliografia básica em cada unidade, localizar o quantitativo (nº de exemplares) de cada título relacionado, dividir o nº de vagas pelo somatório de exemplares em cada disciplina, calcular a média dos resultados das divisões anteriores.</p> <p>Caso algum título da bibliografia básica atenda a outro(s) curso(s), é necessário dividir o total de vagas do(s) outro(s) curso(s) pelo total de exemplares do título e recalculer a média considerando esses valores.</p>	1	Quando o acervo da bibliografia básica não está disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para 20 ou mais vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente não está informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES; ou quando não existe um mínimo de três títulos por unidade curricular.
	2	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 15 a menos de 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

Fonte: INEP, 2015a, p.30.

A bibliografia básica contém as indicações que cada professor faz para a disciplina que leciona que seria essencial para o aprendizado do aluno, ou seja, são documentos que darão base para a assimilação do conteúdo da disciplina. De

acordo com o Quadro 5 podemos perceber que há quantitativo mínimo de indicações por unidade curricular (disciplina) que são três e quantitativo mínimo que a biblioteca avaliada deve possuir para garantir o maior conceito. O cálculo da quantidade de exemplares para cada conceito é a quantidade anual de vagas que o curso oferece dividido pelo número máximo de vagas por exemplar (INEP, 2015a). Exemplificando com um curso da instituição: o curso de Medicina Veterinária da UFJF oferta 100 vagas anuais (UFJF, c2017b), portanto o cálculo para quantidade mínima de exemplares de cada conceito será: conceito 1: um exemplar para cada vinte 20 vagas; conceito 2: um exemplar para cada 19 vagas; conceito 3: um exemplar para cada 14 vagas; conceito 4: um exemplar para cada 9 vagas e conceito 5: um exemplar para cada 4 vagas. Assim a quantidade mínima de documentos por conceito seria, conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Número mínimo de exemplares por conceito na bibliografia básica

Conceito	Quantidade
1	5
2	6
3	8
4	12
5	25

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Para conceito 5 a soma dos exemplares das 3 indicações para bibliografia básica de cada disciplina deverá ser no mínimo 45, para conceito 4 a soma deverá ser 20 exemplares, assim por diante. Caso não houver o mínimo de 3 indicações o conceito para a disciplina será 1 independente da quantidade de exemplares, assim como quando houver 3 indicações e a soma for menor ou igual a 9.

De acordo com as informações do Quadro 5 para fins de autorização de cursos ainda não ofertados, as disciplinas avaliadas serão do primeiro ano para cursos técnicos e dos dois primeiros anos para licenciatura/bacharelado. (INEP, 2015a)

Caso a biblioteca possua acervo digital, será aceito somente a indicação de 1 livro virtual, nesse caso o quantitativo mínimo das indicações que a biblioteca deverá possuir será de acordo com a Tabela 2:

Tabela 2 – Número mínimo de exemplares físicos por conceito na bibliografia básica

Conceito	Quantidade
3	10
4	14
5	36

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

O instrumento não apresenta a quantidade mínima de exemplares para os conceitos 1 e 2 no caso da biblioteca possuir acervo digital.

As indicações das bibliografias básicas de cada disciplina devem ser de acordo com o acervo da biblioteca que atende o curso para que o conceito seja o melhor possível. A atualização constante do acervo também é importante, pois muitas vezes a bibliografia indicada pelo professor encontra-se esgotada ou fora de catálogo para compra.

Outro indicador de qualidade a ser avaliado de acordo com o instrumento é a bibliografia complementar, cujos critérios de análise por conceito será apresentado abaixo na Quadro 6.

Quadro 6 – Critérios de análises do indicador bibliografia complementar

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.7. Bibliografia complementar (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	1	Quando o acervo da bibliografia complementar não está disponível; ou quando o acervo da bibliografia complementar possui menos de dois títulos por unidade curricular.
	2	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, dois títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	3	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	4	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, quatro títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	5	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.

Fonte: INEP, 2015a, p.31.

A bibliografia complementar como o próprio nome diz, é aquela que complementa os estudos, sendo importante também para informação e assimilação do conteúdo. Nesse indicador o número mínimo de exemplares são 2 para cada obra indicada e o que será critério de análise é a quantidade de indicações por disciplina. Podemos perceber no Quadro 6 que quanto maior o número de

indicações, maior será o conceito, assim para conceito 5 a biblioteca deve possuir 5 títulos por disciplina com 2 exemplares em cada, para conceito 4 deve possuir 4 títulos e 2 exemplares em cada, para conceito 3 deve possuir 3 títulos com 2 exemplares em cada, para o conceito 2 a biblioteca deve possuir 2 títulos indicados como no mínimo 2 exemplares em cada. O conceito 1 é dado para quando a biblioteca não possui as indicações ou quando há somente uma indicação. O uso do acervo digital na bibliografia complementar não interfere na quantidade de exemplares, como acontece na bibliografia básica, podendo ser usado em todas as indicações. (INEP, 2015a)

Assim como na bibliografia básica, de acordo com as informações do Quadro 5 para fins de autorização de cursos ainda não ofertados, as disciplinas avaliadas serão do primeiro ano para cursos técnicos e dos dois primeiros anos para licenciatura/bacharelado.(INEP, 2015a)

O último indicador a ser avaliado de acordo com o instrumento do MEC são as quantidades de assinaturas de periódicos especializados que a biblioteca deve possuir. O Quadro 7 apresenta os critérios de cada conceito:

Quadro 7 – Critérios de análises do indicador periódicos especializados

Indicador	Conceito	Critérios de análise
3.8. Periódicos especializados (Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas do primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) Para fins de autorização, os critérios de análise passam a figurar da seguinte maneira: Conceito 1 – menor que 3 títulos Conceito 2 – maior ou igual a 3 e menor que 6 Conceito 3 – maior ou igual a 6 e menor que 9 Conceito 4 – maior ou igual a 9 e menor que 12 Conceito 5 – maior ou igual a 12	1	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, menor que 5 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, ou com acervo não atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	2	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 5 e menor que 10 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	3	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	4	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 15 e menor que 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	5	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.

Fonte: INEP, 2015a, p. 31-32.

No indicador Periódicos Especializados o critério de análise será a quantidade de assinatura de periódicos especializados, impressos ou virtuais, com coleção completa dos últimos 3 anos. O Quadro 7 exemplifica bem essa situação, receberá conceito 5 a biblioteca que possuir no mínimo 20 assinaturas de diferentes periódicos especializados com no mínimo 3 anos de coleção atual, conceito 4 com

15 a 19 assinaturas, conceito 3 com 10 a 15 títulos, conceito 2 com 5 a 9 assinaturas e conceito 1 com 4 ou menos assinaturas ou aquela biblioteca que não possui o mínimo de 3 anos de coleção atual. (INEP, 2015a)

Ainda de acordo com o Quadro 7 para fins de autorização, os critérios são os mesmos das bibliografias básica e complementar, considerar os periódicos para as disciplinas do primeiro ano para cursos técnicos e dos dois primeiros anos para licenciatura/bacharelado. Assim, a quantidade mínima por conceito passa a ser: conceito 1 de 1 a 2 assinaturas, conceito 2 de 3 a 5, conceito 3 de 6 a 8 títulos, conceito 4 de 9 a 11 e conceito 5 maior ou igual a 12 títulos com assinatura dos últimos 3 anos.(INEP, 2015a)

1.4.2 Construção de planos de ensino: a relação entre as bibliotecas da UFJF e os cursos de graduação

Plano de ensino é um planejamento do professor para a disciplina a qual ele ministrará, é um documento norteador do trabalho docente e que irá facilitar o desenvolvimento da disciplina pelos alunos. Também conhecido por programa da disciplina, o plano deve conter: “os dados de identificação da disciplina, ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, avaliação e bibliografia básica e complementar da disciplina”. (SPUDEIT, 2014, p. 1)

Ainda segundo Spudeit (2014, p. 2):

ao elaborar o plano de ensino, o professor deve se questionar: O que eu quero que meu aluno aprenda? Para isso, o plano de ensino deve ser norteador pelo perfil do aluno que o curso vai formar e também de acordo com as concepções do projeto pedagógico de um curso.

Para elaboração do plano de ensino não há um modelo a ser seguido, porém ele deve ser construído de forma clara e objetiva para que ele seja consultado e entendido tanto pelos alunos como pelos avaliadores do MEC, quando o curso a qual o professor ministra sua aula seja avaliado.

De um modo geral os planos de ensino iniciam com um cabeçalho que identifica a instituição, o nome do curso e da disciplina, além de seu código, a carga horária, os dias e horários de aula, o nome e o contato com do professor (SPUDEIT, 2014).

Após esses dados devem vir os seguintes itens segundo Spudeit (2014):

- a) Ementa: é composta por um parágrafo que esclarece quais tópicos farão parte do conteúdo da disciplina dentro da carga horária ministrada, deve ser escrita de forma clara, objetiva e sucinta e deve estar de acordo com o projeto político pedagógico;
- b) Objetivos: englobam o que os alunos deverão aprender, conhecer, compreender, analisar e avaliar ao longo da disciplina. Deve ser redigido em tópicos, podendo ser dividido entre objetivo geral e específico, e são parágrafos curtos apenas indicando a ação;
- c) Conteúdo programático: é a descrição dos conteúdos especificados na ementa. Deve detalhar os assuntos gerais e específicos que serão abordados ao longo da disciplina;
- d) Metodologia: é a apresentação dos recursos, meios, materiais e procedimentos que serão utilizados pelo professor ao longo da disciplina para o desenvolvimentos das aulas para atingir os objetivos propostos da disciplina;
- e) Avaliação: é a descrição de como ocorrerá a avaliação da disciplina, deve ser indicado claramente os critérios de avaliação, pesos, formas entre outras informações para subsidiar a tomada de decisão do professor e para que o aluno saiba como será avaliado. É a forma do professor verificar se os objetivos da disciplina estão sendo atingidos;
- f) Bibliografia: é a fonte de pesquisa e leitura sobre os conteúdos programáticos que serão abordados ao longo da disciplina, são as referências e essas devem estar de acordo com a norma NBR 6023 da ABNT e deve também respeitar o quantitativo de indicações do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC. É nesse momento que o professor deve se atentar à biblioteca que oferece suporte informacional para o seu curso.

Como já informado neste trabalho o instrumento de avaliação dos cursos de graduação do MEC estabelece para que o curso consiga a nota máxima na

avaliação das bibliografias o quantitativo de três indicações para a bibliografia básica e cinco indicações para a bibliografia complementar. A importância de seguir as normas estabelecidas pela ABNT para referência bibliográfica é a maior clareza das fontes de informação citadas tanto pelos alunos como pelos bibliotecários diretamente relacionados ao curso, tanto pelos avaliadores do MEC.

É de extrema importância que os professores façam indicações corretamente, redigindo como está no documento solicitado o nome dos autores, o título e subtítulo e sempre indicar fontes atualizadas de pesquisa.

Para que não ocorra nenhuma falha nas indicações é importante que todas as ementas passem pelos bibliotecários da biblioteca para conferência, assim poderá ser encontrados erros de indicações, seja no nome dos autores, no título, na edição, etc.; garantido assim a substituição ou correção dos dados em tempo hábil tanto para a aquisição dos documentos que a biblioteca não possui, como para as visitas *in loco* dos avaliadores do MEC.

Para a construção de um diagnóstico mais preciso sobre a realidade da relação biblioteca-cursos foi necessário um primeiro esforço de pesquisa de campo, em que houve a realização de entrevistas com os atores diretamente ligados ao caso de gestão (bibliotecários, coordenadores e vice-coordenadora dos cursos que a BU subsidia). Foram entrevistados, em novembro de 2017, o coordenador do curso de Jornalismo, a coordenadora do curso de Rádio, Tv e Internet, a vice-coordenadora do curso de Medicina Veterinária, a coordenadora do curso de Educação Física, a gerente de atendimento e a coordenadora do CDC. Com a realização dessas entrevistas semiestruturadas (roteiros no Apêndice A e no Apêndice B) foi possível perceber nuances dessa relação que necessitam de reflexão.

Dos quatro coordenadores entrevistados, 3 deles revelaram que os professores na construção das ementas das disciplinas dos cursos não levam em consideração as diretrizes do instrumento de avaliação do MEC como norteador, eles possuem liberdade para construir da maneira que lhes convém, sem limite nas indicações das bibliografias tanto básica quanto complementar.

A Biblioteca Universitária parece também não promover uma aproximação em relação aos cursos no sentido de acompanhar os planejamentos. Os dados das entrevistas mostraram que a BU não participa da revisão das ementas dos cursos.

A partir disso, confirmou-se nossa hipótese de que não há um envolvimento da BU nos processos ligados à avaliação dos cursos de graduação pelo MEC, apesar de a bibliografia ser um dos quesitos avaliados. Não há uma parceria entre coordenação de cursos e biblioteca, de modo que a BU, na maioria das vezes, não é comunicada da visita *in loco* dos avaliadores em tempo hábil para se preparar. Além disso, a biblioteca não possui nenhum projeto, planejamento ou pessoal preparado para as avaliações do MEC, segundo percepção dos entrevistados.

O agendamento das avaliações *in loco* na UFJF ocorrem da seguinte maneira:

se inicia no agendamento das datas, quando a Reitoria e o Procurador Institucional (PI) recebem o comunicado oficial referente ao processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso. Geralmente, esta ação ocorre entre 30 e 40 dias antes da data agendada. (UFJF, c2017, não paginado)

Com base nas entrevistas, percebemos que existe uma lacuna que envolve a avaliação dos cursos pelo MEC, o lugar ocupado pelas bibliografias indicadas nas ementas das disciplinas nessa avaliação e a relação biblioteca-cursos. Tendo por base que coordenadores de cursos e biblioteca não utilizam o instrumento de avaliação do MEC no trabalho diário, o que prevalece é uma dissonância que acaba por impactar os resultados das avaliações.

2 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PELO MEC

No capítulo 1 apresentamos informações sobre a origem das bibliotecas, descrição e histórico de bibliotecas universitárias, como é realizada uma gestão de bibliotecas universitárias de qualidade, descrevemos brevemente a UFJF com seu histórico, informações sobre sua administração e características atuais do ano de 2017 como quantitativo de cursos, alunos e servidores. Logo após especificamos o universo da UFJF no seu sistema de bibliotecas, mais precisamente no CDC que é o órgão que gerencia todas as bibliotecas da instituição. Como nosso objetivo é apresentar informações sobre a biblioteca dentro do âmbito da avaliação de cursos de graduação pelo MEC, mostramos então a política dessa avaliação da graduação, especificando a dimensão de avaliação Infraestrutura, onde encontramos os requisitos de avaliação de bibliotecas universitárias. Como parte dessa avaliação está diretamente ligada à construção de planos de ensino, foi descrito como deve ser realizada essa construção pelos professores, além de apresentar como as bibliotecas estão diretamente ligadas a esses planos e como esses planos interferem tanto no trabalho da biblioteca como no trabalho dos avaliadores nas avaliações *in loco*.

Agora no capítulo 2 teremos três objetivos basicamente: 1) apresentaremos uma discussão teórica sobre as bibliotecas dentro do âmbito da avaliação dos cursos, 2) descreveremos a metodologia que foi utilizada para a coleta de dados para melhor entendimento do tema e sua importância dentro da instituição e 3) a análise dos dados em diálogo com o referencial teórico, para que possamos responder a questão norteadora desse trabalho.

No referencial teórico utilizaremos autores renomados no tema avaliação de bibliotecas universitárias, destacamos: Lancaster (1996), Lubisco (2011), Oliveira (2004), Xavier Junior e Gomes (2004), Machado (2009), Almeida (2000), França e Portela (2016), Oliveira (2002), Brasil (2012), Dziekaniak (2006), Maia e Santos (2015) e Milanesi (1988).

2.1 AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS E A BUSCA PELA QUALIDADE

A avaliação de bibliotecas é um tema muito explorado na área de biblioteconomia e vários autores discutem sua importância.

Não podemos falar de avaliação de bibliotecas sem citar Lancaster (1996, p. 1) que afirma “uma avaliação é feita não como um exercício intelectual, mas para reunir dados uteis para atividades destinadas a solucionar problemas ou tomar decisões” e apresenta também a finalidade da avaliação em bibliotecas que é “estabelecer uma espécie de ‘escala’ para mostrar em que nível de desempenho o serviço está funcionando no momento” (LANCASTER, 1996, p. 8).

Ainda segundo Lancaster (1996) o resultado que toda biblioteca procura e o que é mais desejado é tornar seus usuários mais bem-informados e mais atualizados nas suas áreas de especialização e para isso a avaliação é muito importante, pois seus resultados podem apontar se uma biblioteca possui materiais suficientes para informar e atualizar seus usuários.

Nesse sentido, Lubisco (2011, p. 9) afirma:

Avaliar está no cerne de qualquer gestão responsável de bibliotecas universitárias. Como saber se as ações planejadas correspondem às demandas e expectativas dos usuários, da instituição, dos órgãos externos que regulamentam e avaliam o ensino superior da sociedade que confia na formação dos egressos que vão atuar nas mais diversas esferas profissionais?

A preocupação de se obter uma educação de qualidade é uma das premissas para as avaliações realizadas pelo MEC e seus resultados não podem somente apresentar a realidade encontrada, ele deve ser usado como transformador, como bem declarou Lubisco (2001, p. 19) “a biblioteca universitária deve dispor de um instrumento que não só revele com fidedignidade seus *status* dentro da instituição (avaliação diagnóstica), mas que subsidie suas atividades de planejamento e gestão (avaliação corretiva).

Nídia Lubisco possui vários documentos publicados sobre avaliação de bibliotecas pelo MEC, sendo uma delas, a mais importante, a dissertação do seu mestrado em Ciência da informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2001, cujos objetivos de pesquisa:

se alicerçam no pressuposto de que as referidas Comissões, ao elaborarem os critérios e instrumentos, não contaram com fundamentação teórica nem metodologia específicas para avaliar a biblioteca universitária, embora ela conste como uma das variáveis do processo avaliativo dos cursos de graduação. Essa lacuna, por seu turno, é apresentada também como um elemento impeditivo à representação da efetiva participação da biblioteca no desempenho do curso e, conseqüentemente, no cumprimento dos objetivos institucionais.(LUBISCO, 2001, p. 20)

Lubisco (2009) em seus estudos sobre avaliação de bibliotecas universitárias pelo MEC ressaltou sua opinião sobre o Instrumento de Avaliação no que se refere à biblioteca:

Somando-se a isto os anos de atuação no setor e as trocas de ideias com colegas, foi possível identificar a inadequação dos instrumentos destinados a medir o desempenho das referidas unidades de informação e, conseqüentemente, a necessidade de se desenvolver uma metodologia específica, mais adequada para avaliar as bibliotecas universitárias, levando-se em consideração dois elementos: a metodologia elaborada pelo próprio INEP e as peculiaridades dessas bibliotecas. (LUBISCO, 2009, p. 9)

Sobre os propósitos da avaliação do MEC Lubisco (2001, p.108) afirma “pode-se considerar que se trata de um processo que busca rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas”

Lubisco (2001, p. 99) declara sua ideia de valor atribuído à biblioteca em uma comunidade universitária afirmando que “está estreitamente ligado à qualidade do ensino e à produtividade científica da Instituição: quanto melhor o ensino e maior a produtividade acadêmica, maior será o reconhecimento desse valor”

Assim como Lubisco outras autoras também utilizaram o tema ‘avaliação de bibliotecas universitárias pelo MEC’ como assunto para suas dissertações. Machado (2009, p. 24) afirma em seu trabalho que “universidades e bibliotecas podem ser consideradas agentes sociais, organizadas com o objetivo de servir a sociedade por meio da criação e propulsão do conhecimento, além de estimular e facilitar o acesso a este conhecimento”.

Em outro momento do seu trabalho Machado (2009, p. 27) declara:

Uma biblioteca justifica sua existência principalmente para tornar possível o uso, por um dado público, de suas coleções de documentos, pois os conhecimentos contidos nos documentos e mantidos nas bibliotecas devem ser transferidos, e que a função social da biblioteca enquanto uma instituição está, principalmente, em ser a interface, ou a mediadora entre indivíduos e o conhecimento de que eles necessitam.

Para Machado (2009, p.27) uma biblioteca universitária pode servir de “apoio ao ensino, pesquisa e extensão, através da prestação de serviços aos alunos de graduação, pós-graduação, professores e funcionários da instituição na qual está inserida”.

Sobre a avaliação de bibliotecas Machado (2009, p. 60) argumenta que:

o acervo da biblioteca universitária precisa adequar-se ao programa do curso, contemplar toda a bibliografia básica relacionada no projeto pedagógico do curso e indicada pelos professores na sala de aula através dos planos de ensino das disciplinas, bem como, apresentar infra-estrutura necessária e oferta variada de serviços satisfazendo as necessidades dos usuários.

Ainda segundo Machado (2009, p. 60) são características que toda biblioteca universitária deveria seguir para se tornar um agente transformador de conhecimento e ser bem avaliada:

A biblioteca precisa apresentar um acervo adequado ao programa do curso, composto de variada tipologia documental (livros, periódicos físicos e eletrônicos, material audiovisual, acesso a bases de dados); infra-estrutura adequada as necessidades dos usuários, com equipamentos para pesquisa, tanto ao acervo quanto a internet, salas de estudos individuais e para grupos, horário de funcionário amplo, com possibilidades de atendimento nos três períodos do dia e também aos sábados, pessoal capacitado para orientação aos usuários nos momentos de dúvidas e questionamentos quanto ao uso dos serviços disponíveis, como por exemplo: pesquisa no sistema da biblioteca; pesquisa em bases de dados, levantamento bibliográfico, orientação quanto a normalização dos trabalhos acadêmicos, capacitações e treinamentos; localização do material no acervo, solicitação de comutação bibliográfica, entre outros.

Outra autora a analisar este tema é Oliveira (2004, p. 27) que argumenta que uma biblioteca universitária “não pode ser caracterizada como elemento isolado uma vez que existe como subsistema da organização maior que a instituiu, a universidade, em função da qual seu propósito é estabelecido”. Sendo assim, ainda

segundo Oliveira (2004, p.27) a biblioteca universitária “é caracterizada como parte integrante do ensino/aprendizagem e como espaço intracurricular, ou seja, inserida no currículo e em todos os processos do Ensino Superior”.

Em outro momento em seu trabalho Oliveira (2004) afirma que os padrões estabelecidos pelo MEC causam impactos no trabalho bibliotecário, nas atividades de gestão de acervo, produtos, serviços e no desenvolvimento de coleções.

Uma informação importante que podemos destacar no texto de Oliveira (2004, p.25) é a de que “desde 1963, o Conselho Federal de Educação incluía, entre outros requisitos que um curso superior deveria possuir uma biblioteca para obter seu reconhecimento”. Portanto, toda IES deve possuir, obrigatoriamente uma biblioteca universitária como parte integrante de sua estrutura organizacional.

A avaliação do MEC procura avaliar a qualidade da biblioteca e sobre isso Xavier Junior e Gomes (2004, p. 6) afirmam que “no âmbito das bibliotecas, numa perspectiva geral, a questão da qualidade deve ser avaliada desde os processos administrativos, passando pelos serviços técnicos até chegar nos produtos e serviços prestados aos clientes”.

Xavier Junior e Gomes (2004, p. 5):

A avaliação da biblioteca está concentrada na dimensão de infraestrutura por ser um órgão relacionado à estrutura da faculdade. São conceituados a disponibilidade de títulos indicados na bibliografia básica e complementar das disciplinas do curso (que está passando por processo de autorização, reconhecimento ou recredenciamento), além dos periódicos especializados para relativos à área de concentração do curso. Ou seja, o MEC visa avaliar a adequação da biblioteca à proposta do curso.

Sobre o instrumento de avaliação de cursos de graduação do MEC, Brasil (2012, p. 2.738) reitera que “o uso do instrumento de avaliação consiste em observar o referencial mínimo de qualidade de cada indicador, comparar o indicador com as informações documentais e com as condições apresentadas *in loco* pela IES.”

Brasil (2012, p. 2.732) critica o sistema de avaliação do MEC e afirma “Atualmente, o sistema de avaliação que prevalece nas bibliotecas universitárias é essencialmente quantitativo, traduzindo seu desempenho por meio de números e cifras que pouco agregam para o entendimento de sua dinâmica e necessidades.”

Ainda segundo Brasil (2012, p. 2.733):

a avaliação quantitativa pouco contribui para o entendimento da dinâmica da biblioteca, porque não permite a compreensão das considerações dos usuários, por exemplo, ela pode descrever quantos deles usam a biblioteca, mas não o que eles pensam sobre esse uso.

Brasil (2012) afirma ainda que a coleta de dados qualitativos como é realizada pelos avaliadores do MEC são úteis, uma vez que é necessário saber o quanto foi investido em acervo, se a quantidade de livros é compatível com a quantidade de vagas disponibilizadas, por exemplo.

No que se refere a gestão compartilhada, França e Portela (2016, p.7) afirmam que:

A gestão realizada em parceria com os vários atores da universidade, visando um objetivo comum, como ampliar permanentemente a eficácia institucional, é uma excelente estratégia para alavancar resultados e reafirmar os compromissos e as responsabilidades sociais firmados na política institucional.

Durante seu artigo França e Portela (2016, p. 5) destacam as áreas que devem ser consideradas dentro de uma biblioteca universitária: “acervo (livros, periódicos, vídeo, DVD, CD, assinaturas eletrônicas), formas de atualização e expansão do acervo e sua correlação pedagógica com os cursos, espaço físico, horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços”.

Sobre os resultados da avaliação França e Portela (2016, p. 5) atesta que é importante a biblioteca analisar “os resultados das avaliações não somente para que os conceitos sejam cada vez melhores, mas para que as bibliotecas ofereçam cada vez mais condições favoráveis para subsidiar uma formação de qualidade à comunidade acadêmica.”

Sobre a resistência dos docentes no que se refere ao trabalho desenvolvido França e Portela (2016, p. 7):

Na verdade, não há uma rejeição à ação da Biblioteca, e sim discordância em alguns pontos do próprio instrumento, uma vez que há um único parâmetro para avaliar todos cursos, sem se respeitar a especificidade de cada um, principalmente àqueles das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, conforme manifestação de alguns de seus representantes corroborando o posicionamento de Oliveira, quando discorda de um único padrão para autorização, reconhecimento e recredenciamento de curso.

França e Portela (2016, p. 7): afirmam ainda que “desenvolver atividades com uma equipe multidisciplinar (gestão compartilhada) é uma oportunidade para atuar com excelência de modo a prever e prover soluções para problemas complexos ou pontuais, em prol de um objetivo comum”, ou seja, promove o exercício de trabalho conjunto em prol de um resultado.

Ainda no contexto de bibliotecas universitárias Oliveira (2002, p. 208) diz:

Nas bibliotecas, grandes mudanças têm sido implementadas e, conseqüentemente, tem-se demandado investimentos constantes das IES, em função de políticas internas, ou, na sua maioria, por pressão dos processos avaliativos, em que condições da biblioteca têm grande peso na pontuação do item infraestrutura.

Oliveira (2002, p. 208) confirma ainda que “as bibliotecas das IES tem por missão o suporte de suas atividades; sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão. Desta forma, deve-se priorizar recursos informacionais, infraestrutura e serviços adequados para a(s) atividade(s) definida(s) por cada IES”.

Para Maia e Santos (2015, p. 102) o papel do bibliotecário no processo de avaliação é importante:

Os bibliotecários, por sua vez, devem estar cientes das exigências do MEC para a composição e atualização dos acervos no que se refere à qualidade e à quantidade mínima de títulos e exemplares. No que diz respeito à quantidade, deve ser determinado um percentual de exemplares destinados à literatura básica e outro para a literatura complementar. A regra diz respeito também à assinatura dos periódicos científicos.

Maia e Santos (2015, p. 105) afirmam ainda sobre a importância da biblioteca universitária dentro de uma IES, pois ela “se constitui como suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão nas universidades, possui a função de prover a infraestrutura bibliográfica, documentária e informacional de apoio às atividades desempenhadas pela universidade”

Para Dziekaniak (2006, p. 173) a avaliação das bibliotecas universitárias é uma prática importante para seu funcionamento:

Para que uma biblioteca universitária (BU) alcance a máxima qualidade em seus serviços e produtos e proporcione um adequado suporte informacional à organização à qual se encontra vinculada, necessita, sobretudo, de um sistema de avaliação eficaz, de forma que seja advertida se não estiver de acordo com os padrões exigidos e assim busque qualidade e melhoria contínua.

Outro autor estudioso sobre bibliotecas é Milanesi que confirma sobre a importância das bibliotecas universitárias para as universidades:

A universidade e a biblioteca refletem-se. Uma medida da qualidade de uma instituição de ensino superior é a excelência de sua biblioteca. Ela, talvez, possa ser considerada a determinante da qualidade. Não é possível a existência de uma universidade de nível alto erguida sobre uma biblioteca com acervo ridículo, pessoal incompetente e espaço inadequado. O primeiro passo para se instituir uma universidade deveria ser a formação de um acervo com o maior número possível de informações. Essa, infelizmente, não é uma iniciativa comum. É impossível existir vitalidade nos laboratórios e nas salas de aula sem que a biblioteca, a grande memória, estimule todo o corpo. (MILANESI, 1988, p. 72)

Para finalizar, ao falarmos de avaliação precisamos falar de planejamento, pois só teremos sucesso nas fiscalizações ou avaliações se fizermos um planejamento das estratégias e ações que devem ser realizadas para o sucesso. Almeida (2000, p.3) afirma que “o planejamento minimiza riscos, ao mesmo tempo em que tira proveito das oportunidades”, pois os resultados das avaliações dará suporte à tomada de decisões que afetarão o futuro da biblioteca e com maior grau de certeza. Ainda segundo Almeida (2000, p.15) “a avaliação é, na prática, um processo catalisador de mudança. Pressupões, naturalmente, que a mudança seja possível e desejável para a organização.”

2.2 Aspectos metodológicos da pesquisa e coleta de dados

Um dos meios de se produzir conhecimento é através da pesquisa que segundo Marconi e Lakatos (2014, p. 43) pode ser considerada como:

[...] um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

Para a realização de uma pesquisa é necessário um conjunto de procedimentos, regras e técnicas a serem adotados na sua realização, o que chamamos de método. Matias-Pereira (2012, p.31) afirma que “metodologia é o estudo dos métodos. A sua finalidade é ajudar o pesquisador a compreender em termos mais amplos possíveis o processo de investigação científica.” Toda pesquisa implica também no levantamento de dados de várias fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.

A partir disso, é importante situar que a presente dissertação constitui um caso de gestão, com análises qualitativas dos dados, com uma pesquisa de campo e como instrumento de investigação a entrevista.

De acordo com Severino (2014) entendemos que pesquisa de campo é aquela onde o objeto é estudado em seu meio ambiente próprio, a coleta de dados é feita nas condições naturais, o estudo de caso é a pesquisa de um caso particular.

Esse caso de gestão buscou dados a partir de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com seis atores diretamente ligados ao caso, três coordenadores e uma vice-coordenadora dos quatro cursos que a BU subsidia, uma representante da BU e outra do CDC, sendo eles: o coordenador do curso de Jornalismo, a coordenadora do curso de Rádio, TV e Internet, a vice-coordenadora do curso de Medicina Veterinária, a coordenadora do curso de Educação Física, a gerente de atendimento e a coordenadora do CDC.

A entrevista é indispensável para uma investigação, pois é ela que garantirá a obtenção de informações de uma pessoa sobre determinado assunto. Assim, temos ciência de que os dados coletados refletem a percepção dos entrevistados quanto ao objeto estudado. De acordo com Mundim (2013, p. 64):

a entrevista é fundamental para mapear crenças e valores de universos sociais específicos e para explicitar os conflitos e tradições. O trabalho de campo, realizado por meio de entrevistas, terá como consequência a análise de dados e informações coletadas e sua contraposição com o respaldo teórico da pesquisa documental.

A pesquisa de campo realizada ocorreu por meio de entrevistas que aconteceram no mês de novembro de 2017 com os três coordenadores e uma vice-coordenadora dos cursos que a BU subsidia (Medicina Veterinária, Jornalismo, Rádio, TV e Internet e Educação Física) e com a coordenadora e a gerente de atendimento do CDC.

As entrevistas foram agendadas antecipadamente e foram realizadas individualmente para que não houvesse interferência nas respostas. Houve a gravação do áudio dessas entrevistas com permissão dos entrevistados e posterior transcrição das mesmas. Todo roteiro utilizado foi transcrito e apresentado no final deste trabalho no Apêndice A e Apêndice B.

O roteiro das entrevistas foi formulado de acordo com o referencial teórico, com questões relacionadas a interação da biblioteca e dos cursos com os instrumentos do MEC.

Ao todo foram realizadas seis entrevistas, conforme Quadro 8:

Quadro 8 – Sujeitos entrevistados na pesquisa de campo

Instrumento	Instituição	Ator	Tempo no cargo	Referência na pesquisa
Entrevista	UFJF	Coordenador do curso de Jornalismo	6 anos e 6 meses	C1
		Coordenadora do curso de Rádio, TV e Internet	11 meses	C2
		Vice-coordenadora do curso de Medicina Veterinária	4 anos	C3
		Coordenadora do curso de Educação Física	5 anos e 10 meses	C4
		Coordenadora do CDC	1 ano e 4 meses	C5
		Gerente de atendimento do CDC	2 anos	C6

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Na próxima seção apresentaremos a análise das entrevistas de acordo com sete temas que as perguntas englobaram: dificuldades na execução do cargo, relação e envolvimento da BU com os cursos, relevância da biblioteca, importância do SINAES, o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do MEC, a construção das ementas e considerais finais sobre avaliação de cursos e biblioteca.

2.3 Apresentação e discussão dos resultados

Uma das primeiras perguntas realizadas para os entrevistados foi quais dificuldades ou obstáculos eles encontram para a execução do seu cargo, a falta de recursos financeiros foi a resposta unânime entre os entrevistados quando questionados. A respeito dessa escassez de recursos, segundo Almeida (2000) tem levado os profissionais de várias áreas a fazerem muito com pouco, porém sempre pensando na maior produtividade e a melhoria da qualidade. Percebemos que mesmo com a falta de recursos financeiros os trabalhos continuaram sendo realizados e melhorias sempre foram pensadas e executadas dentro do possível por todos os entrevistados.

Ainda sobre obstáculos encontrados, os cursos que C2 e C3 coordenam são recentes, portanto ambos responderam que a criação e implementação do curso são as maiores dificuldades atualmente. Para C4 a maior dificuldade se dá na convivência humana, ou seja, administrar informações e ações que às vezes apresentam concepções antagônicas. Assim, o recurso humano também se apresentou um obstáculo e sua gestão é de suma importância para o andamento dos trabalhos diários, é preciso saber com quem trabalhar e como gerenciar essas pessoas.

Para C5 e C6 que são representantes da biblioteca, as dificuldades estão também na falta de políticas e normativas que asseguram e legalizam as tomadas de decisões e que promovam a segurança jurídica e o suporte na execução das atividades laborais. Sobre isso Oliveira (2004) afirma que as bibliotecas necessitam estabelecer políticas claras e devidamente documentadas disseminando-as para sua clientela e atualizando-as sempre que necessário. A legalização das ações oferece tranquilidade para as pessoas que exercem cargos de direção, uma vez que oferece proteção nas decisões diárias, seja nas que impactam financeiramente os usuários, no caso de multas por atraso na entrega do material, ou relacionadas aos processos com pessoal.

Outra análise dos resultados das entrevistas se refere a relação da BU com os cursos de graduação que ela subsidia, com ênfase na avaliação dos cursos de graduação pelo MEC. Sobre essa relação, os entrevistados, de forma unânime, argumentaram sobre os serviços que a biblioteca oferece para os alunos, que a relação se dá mais pela indicação da biblioteca como local de estudo e busca de

informação. Para C3, atualmente, a relação com a biblioteca se dá para a obtenção do acervo mínimo para o curso que está em fase de reconhecimento pelo MEC. Não há parcerias, contato constante ou projetos que envolvam os coordenadores.

Para um representante da biblioteca - C5 - afirmou que o contato maior se dá com os discentes, apoiando-os e auxiliando-os em suas necessidades informacionais e suporte a pesquisa. Neste sentido Maia e Santos (2015) ressaltam que a biblioteca universitária:

deve servir de apoio aos conteúdos ministrados em cada curso oferecido pela instituição na qual está inserida, os quais devem estar devidamente descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPC). A biblioteca universitária deve também oferecer suporte à investigação técnico-científica, sempre apoiando o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Para C1, C2, C3 e C4 a falta de uma biblioteca setorial que atenda seus cursos estreitariam mais os laços entre coordenação e bibliotecas, acreditam que essa aproximação resultaria no maior aproveitamento do espaço da biblioteca, assim como dos seus serviços e acervos. Isso nos sugere que a BU é percebida pelos coordenadores de curso como um repositório de informações acessível aos estudantes. Essa ausência de comunicação entre biblioteca e cursos pode significar a subutilização de recursos caros aos cursos, como orientações sobre a bibliografia das ementas. Sobre essa percepção de biblioteca como repositório de informação foi abordada por Machado (2009, p. 27) que:

Uma biblioteca justifica sua existência principalmente para tornar possível o uso, por um dado público, de suas coleções de documentos, pois os conhecimentos contidos nos documentos e mantidos nas bibliotecas devem ser transferidos, e que a função social da biblioteca enquanto uma instituição está, principalmente, em ser a interface, ou a mediadora entre indivíduos e o conhecimento de que eles necessitam.

As bibliotecas setoriais sugeridas pelos entrevistados C1, C2, C3 e C4 poderiam resultar numa maior aproximação com os cursos, mas para que isso ocorra bibliotecários e coordenadores precisam firmar parcerias. A proximidade por si só não garante um uso maior por parte dos usuários e sim um trabalho conjunto entre bibliotecas e cursos.

Em relação a relevância da biblioteca para os cursos, para C4, além de ser um critério para avaliação do curso, a biblioteca é um local que reserva a possibilidade de empréstimos de materiais informacionais para aqueles que não podem adquirir tais equipamentos. Sobre essa percepção Milanesi (1988, p. 65) complementa que “uma biblioteca está aberta não apenas para emprestar livros para aqueles que não dispõe de recursos para adquiri-los, mas para abrir ao infinito de possibilidades de acesso à informação”. Assim, mais que emprestar livros, a biblioteca deve oferecer informações em todos os suportes possíveis, trabalhar para que as necessidades informacionais dos usuários sejam solucionadas e ser um agente de atualização permanente do conhecimento.

Para Maia e Santos (2015, p. 113) “a função primordial de uma biblioteca universitária é dar suporte ao tripé da instituição, que é o ensino, a pesquisa e a extensão”. Assim, a biblioteca terá um papel importante nos cursos oferecidos pela instituição a qual ela pertence, pois ela será “o suporte acadêmico para que os alunos façam suas pesquisas, realizem seus estudos de forma sistemática.” Por isso é importantíssimo ter acervos “condizentes com a realidade dos cursos, com que é ensinado e pedido em pesquisa pelos docentes.” (MAIA; SANTOS, 2015, p. 113)

Neste sentido para C3 a biblioteca é de suma importância para a formação profissional dos discentes, uma vez que oferece suporte informacional e além de ser um requisito para o reconhecimento do curso. De acordo com essa ideia da importância da biblioteca para a formação profissional Lubisco (2009) ressalta que:

as bibliotecas universitárias são importantes no processo de formação dos indivíduos, pois elas assumem o papel de mediadores entre as novas competências que são desenvolvidas no ambiente acadêmico e também atuam a favor do conhecimento que a comunidade acadêmica demanda.

Machado (2009, p. 30) também confirma a importância da biblioteca universitária, segundo ela “compete às bibliotecas universitárias prover acesso à comunidade acadêmica aos recursos de informação relevantes, de modo a subsidiá-la no desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.”

Os coordenadores reconhecem a importância da BU para os cursos. C1 ainda complementa, afirmando que não existe universidade sem biblioteca: “se não tivermos o conhecimento seja através dos professores e dos livros, não há geração de mais conhecimento, que é a filosofia de uma universidade” (Entrevista com C1,

novembro/2017). De maneira geral, permanece a ideia de que a biblioteca é um espaço de difusão do conhecimento, de modo que C2 ainda assevera que os alunos precisam ser preparados para transitar nesse espaço.

Mais que um local de estudos a biblioteca universitária precisa acompanhar a evolução da sociedade e da tecnologia, “oferecendo aos seus usuários acesso a fontes informacionais variadas, sejam físicas ou virtuais, com serviços modernos que possibilitem recuperar informações de qualidade e de forma rápida” (MACHADO, 2009, p. 35). Ou seja, ela precisa se tornar atrativa para todos os tipos de usuários que ela subsidia.

Sobre a biblioteca ser um requisito para o reconhecimento do curso, para uma instituição de ensino superior que possui sua biblioteca universitária continuar funcionando ela precisa passar pelo SINAES, segundo Mundim (2013, p. 66) “a aprovação e regulamentação dos cursos de nível superior é realizado pelo MEC, após visita de fiscalização na faculdade para avaliar sua capacidade e estrutura de ofertar os cursos”. Deste modo, podemos afirmar que sem uma boa avaliação no SINAES a instituição pode perder seu credenciamento e seu direito de ofertar cursos. O que torna a biblioteca um setor importante não só para o acesso a informação pelos usuários, mas também para a regulamentação do funcionamento dos cursos e da instituição.

Nas entrevistas, quanto a importância do SINAES todos os entrevistados concordam com um ponto: o SINAES busca a qualidade na educação superior. Para C1 a avaliação do SINAES traz credibilidade para os cursos, já C3 afirma que além da qualidade é importante que as instituições ofereçam uma formação adequada aos profissionais de cada área. C2 confirma a importância do sistema de avaliação e que os instrumentos de avaliação servem de parâmetros para os cursos que estão começando e que mesmo sendo os parâmetros questionáveis é importante usá-los para atingir a qualidade. De acordo com C6 avaliar a educação superior é importante para propor melhorias e definir as políticas nacionais e para C5 o SINAES gera uma autorreflexão, uma vez que oportuniza adequações por meio da identificação dos pontos positivos e negativos de cada curso ou instituição com o propósito de propor transformações e melhorias permanente. É nesse sentido de autorreflexão e melhorias constantes que a avaliação tem sua importância, pois ela deve estimular os profissionais a realizarem mudanças ao identificar os fatores que possam

contribuir para uma melhor produtividade, melhoria da qualidade e para alcançar a eficiência e eficácia organizacionais.

Como afirmado na entrevista com C5 e confirmada por Maia e Santos (2015, p.106), a avaliação “é considerada estratégica para a gestão institucional, pois os resultados das avaliações permitem aos gestores tomar decisões para alcançar mais qualidade institucional.”

No processo de avaliação de um curso, o SINAES utiliza a visita *in loco* de avaliadores nas instituições que “se destina a verificar as condições de ensino, sobretudo a organização didático-pedagógica, o perfil do corpo docente e a infraestrutura, que são as três dimensões do instrumento de avaliação de cursos de graduação” (MUNDIM, 2013, p. 38). Essa avaliação é realizada a fim de subsidiar o processo de gestão do curso, com o objetivo de diagnosticar fragilidades e potencialidades do curso para que gestores possam elaborar planos de ações com vistas a superar os problemas e aprimorar a eficiência do curso.

Como afirmado anteriormente, as visitas *in loco* dos avaliadores são norteadas pelo o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação e sobre ele os entrevistados responderam: C1 e C4 assumiram não utilizá-lo cotidianamente, porém conhecem o instrumento de forma superficial, ainda de acordo com o uso C1 admite repassar as informações solicitadas pelo instrumento diretamente à Diretoria de Avaliação Institucional da UFJF. Já C2 e C3 que são coordenadores de cursos que passarão por reconhecimento em um futuro próximo, utilizam o instrumento com maior frequência. Podemos observar nas respostas que todos conhecem a importância do SINAES para a instituição, porém ao afirmarem não utilizarem o instrumento no trabalho diário podemos perceber que não há um planejamento antecipado para as avaliações que os cursos podem sofrer durante sua oferta. Sobre isso Mundim (2013) afirma que é fundamental para a eficiência de uma gestão de cursos que o coordenador entenda o instrumento de avaliação para se adequar, além de interpretar os resultados obtidos nas avaliações.

Para os entrevistados da BU recebemos como resposta: C5 afirma que há um conhecimento mais aprofundado da dimensão 3, a qual contempla diretamente as bibliotecas. C6 conhece o instrumento, sabe da importância de sua adequada utilização para bons resultados, porém ainda não há um planejamento adequado para utilizá-lo cotidianamente. Sobre essa questão biblioteca e avaliação de cursos Maia e Santos (2015, p. 110) afirmam:

O processo de avaliação é um procedimento necessário e importante para a biblioteca universitária, pois ele contribui na pontuação do curso junto ao MEC. Sobre o atual instrumento de avaliação que é apresentado, ele se pauta exclusivamente por procedimento quantitativo, demonstrando o caráter regulador do mesmo e não traduzindo em si as reais necessidades e carências da biblioteca universitária. Os resultados advindos dos processos avaliativos devem propiciar análises e mudanças efetivas nas bibliotecas.

Por isso a importância não só em conhecer o SINAES e o Instrumento que norteia as avaliações, é preciso usá-lo cotidianamente para que tanto coordenadores de cursos como biblioteca possam se adequar aos requisitos em tempo hábil para as avaliações

Como já informado anteriormente, os requisitos do instrumento a qual a biblioteca universitária será avaliada são três: bibliografia básica, bibliografia complementar e periódicos especializados, por isso é importante a participação da biblioteca na construção das ementas dos cursos, uma vez que serão essas que irão indicar quais serão os materiais que deverão ser cobrados da biblioteca no momento da visita *in loco*. Assim, conforme argumentou França e Portela (2016, p. 2) grandes problemas podem surgir no momento da revisão e comprovação das bibliografias na biblioteca como: “títulos inexistentes no acervo ou quantidade insuficientes para o número de vagas/ano oferecidas, além de edições ou datas de publicações desatualizadas”.

No que se refere a construção das ementas C1, C3 e C4 não utilizam o instrumento como parâmetro para o quantitativo das indicações, C3 afirma que elas são elaboradas com auxílio dos professores das respectivas disciplinas baseadas no conteúdo programático, na atualidade dos assuntos e na bibliografia apropriada. Já C1 o professor da disciplina tem total liberdade para escolher os títulos que quiser e a quantidade que quiser. Já C2 utilizou o instrumento do MEC para recomendar aos professores o quantitativo das indicações nas bibliografias básicas e complementares, ela afirma que trabalhou em outra instituição que utilizava o instrumento e que resolveu utilizar na UFJF também, ela confirma que não houve nenhuma recomendação por parte da Diretoria de Avaliação Institucional sobre esse quantitativo. Assim, percebemos que o uso do Instrumento partiu de uma iniciativa pessoal da coordenação que já conhecia os critérios avaliativos do MEC pela sua experiência profissional e não como uma normativa da instituição.

Ainda sobre a importância da biblioteca e a construção das ementas Maia e Santos (2015, p. 111) afirmam ser importante que a biblioteca deve estar sempre informada sobre as ementas dos cursos de graduação, pois ela servirá como fonte de informação para a formação e atualização dos acervos, já que seu propósito é servir de apoio ao ensino, a pesquisa e a extensão.

Percebemos nas respostas que há somente um curso utilizando o instrumento para auxiliar os professores na construção das ementas, os outros oferecem liberdade para as indicações nas bibliografias básicas e complementares. Essa tal liberdade pode custar caro para os cursos, uma vez que se há um instrumento, uma normativa e um mínimo necessário para o melhor conceito, seria antagônico atualmente, com tamanha falta de recursos para a construção dos acervos, não recomendar os critérios do instrumento.

Outra temática das entrevistas foi a parceria da biblioteca com os cursos. Sobre esse assunto Machado (2009, p.71) afirma em sua dissertação que:

a biblioteca precisa ser parceira do curso, atuando como elo entre o acervo e a proposta pedagógica do curso. É ela, quem deve informar aos professores e coordenadores de cursos a estatística de uso do acervo, relatando quais são as obras mais acessadas pelos usuários, as mais reservadas e mais solicitadas para outras bibliotecas, para que estes, sendo os responsáveis pela solicitação de aquisição possam fazê-la de modo a atender a demanda.

Neste sentido os entrevistados deram as seguintes respostas sobre o envolvimento entre o curso e a biblioteca: C4 e C2 afirmam que não há parcerias e que há somente contatos pontuais, ou seja quando solicitado. Para C1 não há uma proximidade, porém não há uma distância, a coordenação do curso se coloca a disposição da biblioteca, assim como a biblioteca está a disposição do curso. C3 afirma que o envolvimento se dá somente na utilização do espaço e do acervo que ainda é limitado para o curso.

Para os entrevistados da biblioteca as respostas foram: C5 diz que a interação é pequena, não há um envolvimento contínuo entre os coordenadores, docentes e os bibliotecários e demais técnicos que atuam nas bibliotecas. C6 confirma que a biblioteca oferece seus serviços e procura atender as demandas dos cursos, mas não se faz mais presente de forma personalizada em parte pela distância, em parte pelo acúmulo de funções da BU.

Todos parecem concordar que não há um envolvimento perfeito entre biblioteca e cursos. O ideal seria que a biblioteca estivesse frequentemente em contato com os professores e coordenadores de curso, seja repassando informações sobre o acervo, sua atualização e uso, parcerias constantes com treinamentos, apresentação dos serviços, desenvolvimento de novas atividades, programações culturais ou específicas para os cursos que subsidia, além de colaboração no trabalho pedagógico dos cursos, enfim desenvolver parcerias para atender melhor as demandas tanto os usuários como dos cursos.

A pergunta final para os entrevistados ofereceu uma abertura para considerações sobre o papel das bibliotecas na avaliação de cursos. Obtivemos as seguintes respostas: C4 sente falta de uma biblioteca setorial para o curso que coordenada, assim como C1 e C2. C1 afirmou ainda que espera uma parceria maior entre o curso e a biblioteca, bem como C2 que espera que essa parceria ocorra também com as unidades para dar maior visibilidade do que a biblioteca já faz, além de auxiliar a pensar em outras ações que podem ser feitas para os alunos aproveitarem a biblioteca como um todo. C3 acredita que a BU da UFJF tem um papel fundamental na avaliação e espera que consiga um acervo maior para o curso que coordenada para cumprir as exigências mínimas do MEC.

C6 reforça a importância do planejamento, que a biblioteca deveria se antecipar aos coordenadores, mostrar o instrumento do MEC, falar o que eles devem fazer no que diz respeito à biblioteca e não esperar a demanda partir deles, porém ela acredita ser muito difícil contar com a boa vontade dos professores para as alterações. Segundo ela a biblioteca ainda não conseguiu se organizar para trabalhar com avaliações do MEC o ano todo.

A biblioteca universitária deveria trabalhar de forma integrada com o setor pedagógico, coordenadores de cursos, professores e alunos, possibilitando a articulação de um acervo com qualidade, contribuindo assim para a formação dos acadêmicos (MACHADO, 2009).

Outro ponto citado por Machado (2009) é sobre o professor que deveria visitar periodicamente a biblioteca cujo acervo atende sua área específica, avaliando qualidade e quantidade de materiais, verificando edições disponíveis se estão atualizadas, se são suficientes para atender uma ou mais turmas para garantir que haverá acesso imediato pelos alunos ao material que ele utilizará. Machado ainda afirma que:

É indispensável que a biblioteca universitária esteja comprometida com a concepção pedagógica, renovada e atualizada, tão importante quanto a existência de professores igualmente partícipes desse projeto. Renovada no sentido de colocar-se como espaço parceiro fundamental no processo de ensino-aprendizagem, participante do fazer acadêmico/pedagógico. Atualizada no campo das tecnologias da informação, buscando aparelhar-se para corresponder, de maneira competente, aos desafios da atualidade, disponibilizando o acesso a informação, nas suas mais variadas formas, inclusive aos métodos educacionais interativos, hoje existentes.

Enfim, percebemos com as entrevistas que falta um planejamento maior no que tange a avaliação de cursos na UFJF, principalmente quando falamos de biblioteca, bibliografias, periódicos, instrumento avaliativo e visitas *in loco*. O ideal seria um trabalho conjunto dos setores que serão avaliados, pois uma tomada de decisão de determinado setor pode impactar na avaliação de outro. Uma troca de indicação nas ementas sem aviso prévio pode trazer problemas no momento de conferência do acerto pelos avaliadores na biblioteca.

A coordenação das bibliotecas aparentemente percebe essa lacuna e se mostrou aberta a novas ideias para estreitar ainda mais a relação entre coordenadores de curso e bibliotecários, a fim de garantir que todos os critérios avaliativos do MEC sejam utilizados para assegurar sucesso em todas as avaliações do cursos.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Este capítulo apresentará um plano de ações que tem por objetivo sugerir recomendações que poderão ser utilizados para adequar a biblioteca central da UFJF aos instrumentos avaliativos do MEC, desde a construção das ementas até a visita *in loco* dos avaliadores, confirmando a teoria de trabalho compartilhado como é utilizado no SISBI/UFU que inspira esse plano de ações. Para tanto serão explicitados os passos a serem seguidos na tentativa do aprimoramento da biblioteca frente aos instrumentos avaliativos do MEC.

A presente dissertação tem como objetivo avaliar como estão sendo realizados os preparativos da Biblioteca Central (BU) da Universidade Federal de Juiz de Fora perante a política de avaliação dos cursos de graduação do MEC, mais precisamente das avaliações *in loco* da biblioteca e como é realizada a preparação dessa biblioteca para essas avaliações, respondendo à seguinte questão norteadora: como adequar a estrutura e o acervo da biblioteca ao instrumento avaliativo de cursos de graduação do MEC?

Inicialmente apresentamos no capítulo 1 informações sobre a origem das bibliotecas, descrição e histórico de bibliotecas universitárias, como é realizada uma gestão de bibliotecas universitárias de qualidade, descrevemos brevemente a UFJF com seu histórico, informações sobre sua administração e características atuais – do ano de 2017 - como qualitativo de cursos, alunos e servidores . Logo após especificamos o universo da UFJF no seu sistema de bibliotecas, mais precisamente no CDC que é o órgão que gerencia todas as bibliotecas da instituição. Como nosso objetivo é apresentar informações sobre a biblioteca dentro do âmbito da avaliação de cursos de graduação pelo MEC, apresentamos a política dessa avaliação da graduação, especificando a dimensão de avaliação Infraestrutura, onde encontramos os requisitos de avaliação de bibliotecas universitárias. Como parte dessa avaliação está diretamente ligada à construção de planos de ensino, foi descrito como deve ser realizada essa construção pelos professores, além de apresentar como as bibliotecas estão diretamente ligadas a esses planos e como esses planos interferem tanto no trabalho da biblioteca como no trabalho dos avaliadores nas avaliações *in loco*.

No capítulo 2 tratamos da descrição da pesquisa, ou seja, sobre os aspectos metodológicos, como ocorreram as entrevistas para o levantamento de dados

referente ao estudo de caso e o referencial teórico com o uso de autores consagrados sobre o universo 'avaliação de bibliotecas'.

Nesse capítulo 3 será proposto um Plano de Ação Educacional que visa contribuir para a solução do problema de preparo da biblioteca central da UFJF nos processos avaliativos do MEC. Procura-se com este plano um compartilhamento de trabalhos e união entre biblioteca e cursos de graduação.

Durante a realização das entrevistas encontramos alguns problemas que devem ser levados como norteadores para a execução desse plano de ações, destacamos no Quadro 9 os principais, conform abaixo:

Quadro 9 – Principais problemas encontrados nas entrevistas

Instrumento de avaliação MEC	Não uso do instrumento avaliativo do MEC no cotidiano de coordenadores e curso e gestores da biblioteca.
Relação biblioteca/cursos	A biblioteca atende os cursos somente quando solicitados e não possui nenhum projeto para que essa relação seja constante.
Construção das ementas	A maioria dos professores dos cursos não utilizam critérios para a construção das ementas.
Parceria	Inexistência de uma gestão compartilhada que possa oferecer parcerias entre biblioteca e coordenação de cursos.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Percebemos que a falta de comunicação, planejamento e uso do instrumento avaliativo do MEC são problemas que foram encontrados durante todo processo de obtenção de dados através das entrevistas.

Para cada problema encontrado propomos ações com o propósito de resolução desses problemas. O Quadro 10 apresentará os dados da pesquisa, as ações propositivas e os atores envolvidos:

Quadro 10 - Dados da pesquisa e ações propositivas

Dados da pesquisa	Ação propositiva	Atores envolvidos
Pouco conhecimento do instrumento avaliativo do MEC	Realização de cursos de capacitação, seminários e reuniões sobre a temática avaliação	Bibliotecários e coordenadores de cursos
Não uso do Instrumento do MEC nas bibliotecas	Formação de uma comissão própria para tratar de assuntos relacionados a avaliação na biblioteca	Bibliotecários
Não uso do Instrumento do MEC na construção das ementas das disciplinas	Confecção de apostilas com as diretrizes que devem ser utilizadas na confecção das ementas respeitando as diretrizes do MEC	Professores e coordenadores de curso
Falta de parcerias entre biblioteca e cursos	Criação de uma gerência no CDC que atenda às demandas relacionadas aos coordenadores e professores dos cursos	Bibliotecários, professores e coordenadores de cursos

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Com base nos problemas encontrados, descritos ao longo de todo o trabalho e que caracterizam o caso de gestão e que foram transcritos no Quadro 10, propomos um Plano de Ação Educacional (PAE) inspirado no trabalho dos bibliotecários do SISBI/UFU, que será descrito no próximo item, para uma melhor adequação da biblioteca central da UFJF ao instrumento avaliativo dos cursos de graduação do MEC.

3.1 O TRABALHO REALIZADO PELO SISBI/UFU

O equipe de bibliotecários SISBI/UFU após participação do curso ministrado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) com o tema 'Bibliotecas Universitárias Avaliação do MEC' em 2013, passou a se preocupar mais com as avaliações que os cursos da instituição iriam receber. Assim, a atividade de preparação para essas visitas passaram a fazer parte do dia-a-dia do trabalho bibliotecário, guiados pelas orientações, discussões e análises críticas resultado do aprendizado do curso. Além

do curso, os bibliotecários também participaram do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira I e II em 2008 e 2012 (FRANÇA; PORTELA, 2016).

A partir dessas iniciativas, o Instrumento de avaliação de cursos de graduação do MEC passou a ser material de estudo bibliotecário, criando a partir disso uma nova frente de trabalho “a fim de facilitar aos coordenadores de cursos o preenchimento de formulário no Sistema e-MEC, no que compete aos indicadores referentes à biblioteca, tendo em vista a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento [...]” (FRANÇA; PORTELA, 2016, p. 2).

Porém essa iniciativa somente teve sucesso com parcerias firmadas entre o sistema de bibliotecas e outros setores da UFU, sobre isso França e Portela (2016, p. 2) afirma:

A ação por parte da biblioteca foi implementada através de parceria firmada com a Divisão de Projetos Pedagógicos (DIPED) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da instituição, no sentido de prestar consultoria aos docentes/coordenadores de curso sobre as exigências do MEC na elaboração das bibliografias básica e complementar das fichas de disciplinas dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), bem como orientá-los quanto a preparação para recebimento das comissões durante a visita à biblioteca.

O ponto crucial para o desenvolvimento dessa iniciativa estabeleceu-se diante de alguns insucessos nos momentos das visitas *in loco* dos avaliadores do MEC às bibliotecas do SISBI/UFU, em que demonstravam nas consultas por amostragem das obras citadas nos planos de ensino muitas vezes constavam livros inexistentes no acervo da biblioteca ou a quantidade era insuficiente para o número de vagas oferecidas, outros pontos que mereceram preocupação foram as edições e datas de publicações desatualizadas (FRANÇA; PORTELA, 2016).

O trabalho para reestruturação dos planos de ensino quando a coordenadora da Divisão de Atendimento ao Usuário (DIAUS) e os bibliotecários de atendimento do SISBI/UFU, sensibilizaram os representantes da Divisão de Projetos Pedagógicos (DIPED) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) sobre questões a respeito das avaliações *in loco* do MEC na biblioteca, bem como a postura dos docentes na construção das bibliografias básica e complementar dos planos de ensino (FRANÇA; PORTELA, 2016).

Após reuniões sobre o tema, o SISBI/UFU e a DIPED firmaram uma parceria na forma de uma gestão compartilhada e o primeiro passo foi a capacitação dos

docentes e avaliação dos planos de ensino pelos bibliotecários, assim que o coordenador de curso iniciasse o processo de avaliação do seu curso.

Além disso, foi acordada a participação de representantes do SISBI/UFU em reuniões do CONGRAD a fim de esclarecer sobre elaboração das bibliografias básicas e complementar dos planos de ensino conforme orientações do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC (FRANÇA; PORTELA, 2016).

Outra frente de trabalho ocorreu com a participação de representantes do SISBI/UFU em reuniões de colegiado das faculdades e institutos da instituição, além da participação em seminários de integração de docentes ingressantes para orientar, esclarecer e sanar dúvidas sobre o tema avaliação (FRANÇA; PORTELA, 2016).

A partir dessa parceria desenvolveu-se no SISBI/UFU o serviço de análise quantitativa (levantamento da quantidade de exemplares por biblioteca) e qualitativa (recomendações da quantidade de indicações e normalização das referências, conforme NBR 6023 da ABNT) dos planos de ensino pelos bibliotecários (FRANÇA; PORTELA, 2016).

O SISBI/UFU desenvolveu um documento titulado Revisão das Fichas das Disciplinas (ANEXO A) servindo com um passo a passo para o entendimento da construção das ementas (FRANÇA; PORTELA, 2016).

Assim, conforme França e Portela (2016, p. 6) a dinâmica de atividades passou a acontecer da seguinte forma:

- a) o coordenador de curso procura a DIPED para preencher o formulário do sistema e-MEC a fim de agendar a visita do MEC para autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso;
- b) a DIPED encaminha o coordenador à DIAUS a fim de que este solicite revisão das bibliografias das fichas de disciplinas;
- c) a coordenação da DIAUS repassa as fichas para o bibliotecário de atendimento conforme a área de conhecimento e biblioteca onde o curso está lotado;
- d) as fichas passam pelas análises acima citadas, e são devolvidas ao coordenador de curso, com cópia para DIPED, juntamente com o parecer do bibliotecário responsável pela revisão;
- e) o coordenador em parceria com os docentes providencia readequação das fichas, conforme recomendação do parecer e as reencaminha à DIPED para preenchimento do formulário e-MEC, solicitando agendamento da visita.

O parecer bibliotecário citado é um documento emitido pelo SISBI/UFU para garantir que o plano de ensino foi realmente conferido. O Anexo B mostra um exemplo desse documento.

França e Portela (2016) perceberam que as avaliações *in loco* do MEC às bibliotecas acabam promovendo uma maior interação entre os setores da biblioteca, uma vez que quando é agendada uma visita, a DIAUS informa a data aos bibliotecários de atendimento e esses por sua vez solicitam o Setor de Seleção e Aquisição a listagem dos materiais que estão em processo de compra ligados ao curso que será avaliado, além de registro dos títulos recém-adquiridos. Ao Setor de Catalogação e Classificação é solicitado prioridade no processamento técnico dos materiais relacionados com o curso avaliado.

O Setor de Atendimento implementou um novo serviço no portal da biblioteca na internet ao disponibilizar para os alunos “listagens com no mínimo 20 títulos de periódicos assinados ou disponíveis na internet (corrente pelo menos nos últimos 3 anos), por curso, apresentadas aos representantes do MEC durante a visita” (FRANÇA; PORTELA, 2016, p. 7).

Outro momento de integração dos setores ocorre no momento da visita, onde os servidores de atendimento ajudam os bibliotecários a localizarem obras solicitadas pela comissão, além de apresentar alguns serviços que a biblioteca oferece como: “localização de materiais especiais da Seção de Multimeios e utilização das novas tecnologias disponíveis e demais demandas que, porventura, possam surgir” (FRANÇA; PORTELA, 2016, p. 6).

Após a visita, a DIPED encaminha à DIAUS o relatório final que os avaliadores do MEC emitiram para análise. Logo após estudo dos resultados, principalmente das observações referentes à biblioteca, a DIAUS elabora uma síntese e repassa as informações a toda equipe do SISBI/UFU, “expondo os êxitos e problemas diagnosticados, a fim de se construir novas estratégias (ação corretiva) para sanar as dificuldades encontradas e atingir melhores resultados nas próximas avaliações” (FRANÇA; PORTELA 2016, p. 6).

A equipe SISBI/UFU ao utilizar a gestão compartilhada e prestar serviços de consultoria com os docentes visa a obtenção da excelência, ou seja o conceito máximo nos indicadores do instrumento do MEC a qual a biblioteca é avaliada (bibliografia básica, complementar e periódicos especializados), com isso garantem

resultados satisfatórios pela biblioteca, conseqüentemente pela universidade além da oportunidade de melhoria da qualidade dos serviços prestados.

3.2 PROPOSTA PARA ADEQUAR A BIBLIOTECA AO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO MEC

O trabalho realizado no SISBI/UFU, apresentado anteriormente, será a inspiração para a elaboração dessa proposta. O plano de ações com as propostas para adequar a BU ao instrumento de avaliação de cursos de graduação do MEC terá três elementos característicos: capacitação, parceria e prática.

No Quadro 11 apresentaremos, resumidamente, a proposta elaborada para o plano de ações.

Quadro 11 – Ações propostas

(Continua)

Ação	Descrição da ação	Justificativa	Instância em que será desenvolvida a ação	Período de desenvolvimento	Responsabilidades	Método	Custo
1	Capacitação	Combater a falta de informação sobre o instrumento e capacitar para o uso cotidiano do mesmo evitando surpresas nas visitas <i>in loco</i> dos avaliadores	Biblioteca e coordenações de cursos	Todo início de semestre ou quando houver troca de professores, coordenadores ou bibliotecários	Coordenação do CDC	Aulas	Pagamento de encargo aos ministrantes dos cursos de capacitação
2	Parceria	Estabelecer parcerias com as coordenações de cursos para trabalho conjunto na construção das ementas de acordo com o instrumento do MEC, além da informação antecipada sobre as visitas <i>in loco</i> dos avaliadores	Biblioteca e coordenações de cursos	Todo início de semestre ou quando houver troca de professores, coordenadores ou bibliotecários	Bibliotecários e coordenadores de cursos	Reuniões	Sem custo

Quadro 11 – Ações propostas

(Conclusão)

Ação	Descrição da ação	Justificativa	Instância em que será desenvolvida a ação	Período de desenvolvimento	Responsabilidades	Método	Custo
3	Prática	Revisão das ementas construídas na parceria de acordo com o instrumento e as normas da ABNT	Biblioteca	Todo início de semestre ou quando houver troca de professores, coordenadores ou bibliotecários	Bibliotecários	Reuniões	Sem custo

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

3.2.1 Ação 1 : Capacitação

Primeiro passo será a capacitação. Nada poderá ser mudado se não houver conhecimento específico daquilo que se procura alterar. Um trabalho só poderá dar resultados se todos os atores envolvidos tiverem conhecimento do que se pretende alterar. Nesse primeiro passo será proposta a capacitação dos bibliotecários da BU sobre a temática 'avaliação de cursos pelo MEC e seu instrumento'. A própria FEBAB ainda ministra o curso feito pelos bibliotecários do SISBI/UFU dito anteriormente, sendo, portanto uma opção segura para capacitação. Com o título Biblioteca Universitária: qualidade e avaliações do MEC, o curso apresenta como conteúdos: a regulação do ensino superior, os documentos institucionais e a biblioteca, a biblioteca e as avaliações do MEC e INEP, os instrumentos de avaliação, preparando a biblioteca para a avaliação, gestão e equipe da biblioteca, inserção da biblioteca nas ações de avaliação e resultados e consequência das avaliações (FEBAB, 2017). Essa proposta é justificada com a afirmação abaixo de França e Portela (2016, p. 1):

Assim, a atividade que era, até então, desempenhada de modo a, simplesmente, responder as indagações de cada comissão, tendo cada uma a sua peculiaridade, passou a ser estruturada e conduzida, pela equipe do SISBI/UFU, pautada nas orientações, discussões e análises críticas advindas da participação nos eventos e curso da área.

Infelizmente o Seminário citado na descrição do trabalho que é realizado no SISBI/UFU não ocorre mais desde 2012, porém a capacitação em outros congressos ou seminários com essa temática sempre será aproveitável.

3.2.2 Ação 2: Parceria

Após a capacitação, os bibliotecários terão respaldo para o próximo passo que é a parceria. Na UFJF o setor responsável pela avaliação dos cursos e da instituição como um todo é a Diretoria de Avaliação Institucional cuja missão é "dar suporte à UFJF no planejamento e execução das avaliações internas e externas contribuindo para o aprimoramento contínuo dos processos de gestão institucional e das funções acadêmicas e sociais da universidade" (UFJF, 2016). Porém, cada

coordenador é responsável pela documentação solicitada pela Diretora de Avaliação Institucional quando o curso entra em fase de aprovação, reconhecimento ou renovação do reconhecimento. Uma parceira da BU com as coordenações dos curso que ela subsidia seria no sentido de prestar consultoria aos docentes e/ou coordenadores de curso sobre as exigências do MEC na elaboração das ementas das disciplinas das bibliografias básicas e complementares, com referências de acordo com as normas da ABNT, bem como orientá-los quanto a preparação para recebimento das comissões durante a visita *in loco* à biblioteca.

Portanto uma parceira da BU com a as coordenações dos curso que ela subsidia poderá contribuir com a melhoria da eficácia e qualidade das atividades de ensino e obter o conceito de excelência do MEC.

3.2.3 Ação 3: Prática

A última parte proposta será a prática. Todo conhecimento agregado no primeiro passo, junto com a parceria concretizada no segundo passo garante a prática que seria a BU formular cursos de capacitação para os docentes e coordenadores de curso, oferecendo informações sobre a avaliação das bibliotecas dentro do instrumento do MEC, sobre um melhor cuidado na elaboração das ementas, no quantitativo de exemplares a ser respeitado de acordo com o instrumento e tipo de bibliografia (básica ou complementar), além de auxílio na formação de lista de exemplares a serem adquiridos e sua quantidade correta, respeitando o instrumento e evitando assim a aquisição de grande quantidade de materiais sem necessidade. Outro ponto que merece destaque nesta prática seria um melhor aproveitamento do acervo, tanto físico como os disponíveis nas bases de dados a qual a biblioteca assina.

3.3 Avaliação do Plano de Ação Educacional

A avaliação do PAE proposto deverá ocorrer como acontece em todo planejamento. As ações aqui pensadas podem surgir efeitos ou erros inesperados e para que estes possam ser corrigidos é preciso haver monitoramento e avaliações constantes.

Sobre isso Condé (2012, p. 96) afirma:

Por que monitorar? A resposta mais simples e verdadeira é: porque se deve acompanhar a implementação para verificar o cumprimento das ordenações e corrigir erros. Por que avaliar? Novamente, a resposta mais direta é: porque o investimento público realizado em uma política deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade.

Por essa razão confirmamos ser de suma importância o estabelecimento de um projeto de avaliação constante do PAE proposto, pois avaliação e monitoramento constitui papéis de ajustes dentro do desenvolvimento de um plano de ações. A execução de todo o plano deve ser avaliado, seja o cumprimento das ações até o engajamento dos atores envolvidos no plano (coordenadores, bibliotecários e professores).

Por ser um trabalho compartilhado, é importante que cada servidor esteja cumprindo o que lhe foi estabelecido, pois caso isso não ocorra pode haver um problema maior no trabalho do outro. Um professor que não respeita os requisitos do instrumento do MEC na construção das ementas acaba acarretando problemas tanto para a coordenação como a para biblioteca, pois uma indicação que não se encontra disponível na biblioteca pode acarretar uma avaliação ruim para a biblioteca e conseqüentemente para o curso a qual o coordenador é responsável. A avaliação e o monitoramento constante busca a qualidade e o aperfeiçoamento, além de garantir que o que foi planejado está realmente sendo executado, além de verificar o sucesso ou não do PAE, os impactos que ele causou na realidade dos setores envolvidos.

Algumas ações de avaliação podem ocorrer da seguinte forma:

Quadro 12 – Ações de monitoramento e avaliação do PAE

Ação 1	Reuniões anuais para verificação das ementas dos cursos e conferência com o acervo, além da agenda das visitas <i>in loco</i> para o ano seguinte
Ação 2	Criação de um grupo de estudos entre biblioteca e cursos para troca de conhecimentos, experiências, sugestão e dúvidas
Ação 3	Criação de uma Comissão de Avaliação na Biblioteca

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

A Ação 1 prevê a realização de reuniões anuais para a verificação das emendas que foram construídas e revisadas pela biblioteca durante o ano, além da agenda das visitas *in loco* agendadas para o ano seguinte. O ideal seria se essas reuniões ocorressem no final do semestre, com a presença dos coordenadores dos cursos que a BU subsidia, o bibliotecário gerente encarregado pelas avaliações da biblioteca, um representante da Diretoria de Avaliação institucional, além da coordenação do CDC. A biblioteca seria avaliada se está realmente conferindo e corrigindo as ementas de acordo com as normas da ABNT, com o instrumento do MEC e com o acervo que ela disponibiliza. Os coordenadores seriam avaliados se estão repassando as ementas das disciplinas de seus cursos e se estão cobrando a construção das ementas de acordo com os requisitos estabelecidos. O representante da Diretoria de Avaliação institucional ficaria encarregado de informar as próximas visitas *in loco* agendadas para o ano seguinte. A Ação 2 visa a criação de mecanismos de comunicação entre os atores relacionados ao caso. A criação de grupos de estudos *online* ofereceriam uma comunicação mais rápida, seja para a resolução de dúvidas e atualização com informações sobre avaliação, favorecendo uma parceria democrática e participativa de todos os envolvidos.

A Ação 3 propõe a criação de uma Comissão de Avaliação na biblioteca com a participação de no mínimo dois bibliotecários para trabalharem como fiscais. Eles ficariam responsáveis pela conferência da execução do PAE por todos os atores participantes. O ideal é que esses bibliotecários não estejam diretamente ligados aos assuntos de avaliação, porém devem possuir conhecimento dos processos avaliativos para que eles possam exercer a função de avaliar de maneira eficiente e com eficácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de cursos de graduação pelo MEC passou por vários processos até chegar ao SINAES de hoje. O documento 'Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação' oferece diretrizes não só para os avaliadores do MEC como também para as IES, que podem a partir dele desenvolver seus serviços, setores e sua pedagogia para alcançar a excelência de ensino nos processos de avaliação.

Os setores que serão avaliados devem possuir conhecimento do Instrumento, devem estar preparados sempre que houver uma visita *in loco* dos avaliadores, assim o instrumento deverá ser norteador e ser incorporado no dia a dia de trabalho durante todo o ano e não somente nas vésperas da avaliação.

A gestão compartilhada, na forma de parcerias entre os setores que sofrerão avaliação, pode ser um modo de a IES conseguir excelência na avaliação, uma vez que todos irão trabalhar para preparar seus setores de acordo com o que foi decidido em conjunto e com o instrumento de avaliação de cursos de graduação do MEC.

A biblioteca sendo um setor que sofrerá avaliações do MEC para aprovação, renovação e reconhecimento dos cursos deve estar preparada não somente para a avaliação dos seus serviços, mas também de seu acervo, por isso o conhecimento dos requisitos avaliativos é de suma importância. Como sua avaliação está diretamente ligada às ementas das disciplinas do cursos, é relevante o conhecimento e a conferência das construções dessas ementas, por isso uma parceria com as coordenações de curso e os professores acarretaria ementas de acordo com os mecanismos avaliativos do instrumento que norteia os avaliadores nas visitas *in loco*.

Esta dissertação iniciou-se com objetivo de avaliar como estão sendo realizados os preparativos da BU da UFJF perante a política de avaliação dos cursos de graduação do MEC, mais precisamente das avaliações *in loco* da biblioteca e como é realizada a preparação dessa biblioteca para essas avaliações. Com a realização da pesquisa podemos afirmar que a biblioteca não possui nenhum trabalho ou projeto sendo executado sobre avaliações *in loco* do MEC, não há uso do instrumento de avaliação no trabalho cotidiano, não há grupos de estudo ou pessoal responsável para esse fim. Não há um trabalho conjunto, entre

coordenações e bibliotecas, que vise os critérios do instrumento de avaliação do MEC que serão avaliados na biblioteca como: as bibliografias básicas e complementares e os periódicos especializados, não há um cuidado na construção das ementas, seja nas indicações das bibliografias das disciplinas, no cuidado dessas indicações serem feitas conforme a norma de referências (NBR 6023) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ou no uso de materiais já disponibilizados na biblioteca.

Todas as hipóteses apresentadas foram confirmadas nas entrevistas realizadas com os coordenadores dos cursos que a BU subsidia e com duas representantes da biblioteca. Desse modo nosso objetivo foi atingido uma vez que conseguimos confirmar que não há um preparativo da BU para as visitas *in loco* dos avaliadores do MEC para avaliar a biblioteca.

Sobre a questão norteadora do trabalho: como adequar a estrutura e o acervo da biblioteca ao instrumento avaliativo de cursos de graduação do MEC? Somente conseguiremos adequar a estrutura e o acervo da biblioteca ao instrumento avaliativo do MEC se houver uma parceria entre biblioteca e cursos. Apenas quando houver um trabalho compartilhado, conjunto e adequado ao instrumento, a biblioteca estará adequada para não só ser avaliada pelos representantes do MEC como também pelos seus usuários. Essa adequação poderá ser atingida se o PAE proposto for colocado em prática, com todas as suas ações, monitoramento e avaliação.

Todos os esforços devem ser canalizados para se conquistar cada vez mais resultados positivos e satisfatórios pela biblioteca, pelos cursos e conseqüentemente pela universidade, visando sempre a melhoria não só dos serviços prestados como também na qualidade do ensino. Qual instituição não deseja ter seus cursos com resultados satisfatórios nas avaliações do MEC?

As avaliações servem não somente como mensuração de dados, mas como estímulo, devemos usá-la a nosso favor para que cada vez mais a qualidade e excelência esteja presente nos setores de toda universidade e com a biblioteca não seria diferente. Ela deve se adequar às avaliações que sofrerá e utilizar os resultados para se fazer conhecer, além de acompanhar as mudanças culturais, sociais e tecnológicas da sociedade.

Os padrões de exigência do MEC devem fazer parte do cotidiano e das práticas da biblioteca e do bibliotecário, seja nas atividades de gestão de acervos, serviços, produtos e principalmente no desenvolvimento de coleções. Uma biblioteca se faz com seu acervo, seus serviços e seu pessoal.

Por fim, a biblioteca precisa trabalhar sempre em prol da qualidade, da sua excelência para que sempre a sua missão seja alcançada. Seja satisfazendo as necessidades informacionais de seus usuários pelo acervo que possui e disponibiliza, seja ele físico ou virtual, ou contribuindo significativamente na formação pessoal e profissional de seus usuários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Cristina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2000.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a08v13n1.pdf>> . Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília,DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 jun. 2017.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília,DF, 15 de abril de 2004. Seção 1. p.3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília,DF, 13 de dezembro de 2007. Seção 1. p.39-40. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/dai/textos/Port%20aria%20Normativa%2040%20E-MEC.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. **E-mec**. Brasília,DF: MEC, [2015?]. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc2/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/Mzc=>>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL, Heloisa dos Santos. Avaliação do SINAES para bibliotecas universitárias: uma análise da metodologia de avaliação. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17, 2012, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRS, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70710>>. Acesso em 14 jun. 2017.

CARVALHO, Herbert. A história das bibliotecas. **Sesc São Paulo**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/9827_A+HISTORIA+DAS+BIBLIOTECAS>. Acesso em: 27 ago. 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de políticas públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/24/22>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. Sistema de gestão para biblioteca universitária (SGBU). **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 33-54, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Participação do bibliotecário nas comissões de avaliação do Ministério da Educação (MEC) nos processos de reconhecimento de cursos de graduação. **Biblos**, Rio Grande, v. 18, p. 169-178, 2006. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/90/43>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Cursos presenciais**. São Paulo: FEBAB, 2016. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/cursos-presenciais-2016/>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

FRANÇA, Maira Nani; PORTELA, Patrícia de Oliveira. Gestão compartilhada: avaliação e organização do trabalho pedagógico da biblioteca com base nos indicadores do MEC. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus: UFAM, 2016. p. 1-14. Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/anaisnibu/article/view/3218/2861>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

FREITAS, Ana. Biblioteca de Alexandria acabou por falta de verba, dizem historiadores. **Galileu**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI343729-17770,00-BIBLIOTECA+DE+ALEXANDRIA+ACABOU+POR+FALTA+DE+VERBA+DIZEM+HISTORIADORES.html>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p. 79.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Avaliação dos cursos de graduação**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>>. Acesso em 10 maio 2017.

_____. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância**. Brasília, 2015a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf>. Acesso em 14 maio 2017.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 1996.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA**. 2001. 280 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15087/1/N%C3%ADdia%20Maria%20Liener%20Lubisco.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

_____. Avaliação da biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho. In: SEMINÁRIO AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA, 1., 2008, Salvador. **Documento final**. Salvador: EdUFBA, 2009. 56p.

MACHADO, Marli. **A biblioteca universitária e sua relação com o projeto pedagógico de um curso de graduação**. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92197/273668.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MAIA, Luiz Cláudio Gomes; SANTOS, Maria de Souza Lima. Gestão da biblioteca universitária: análise com base nos indicadores de avaliação do MEC. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.100-119, abr/jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362015000200100&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 24 nov. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2012.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 189-206, jan. 2006. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/551>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MUNDIM, Fabiano Cavalcanti. **Apropriação da primeira dimensão do instrumento de avaliação para cursos de graduação pelos coordenadores do curso de Pedagogia a distância da UFJF, UFMG, UFPB**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional, Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/902/1/fabianocavalcantimundim.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

OLIVEIRA, Nirlei Maria. A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidades do MEC: uma análise preliminar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/409/221>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

OLIVEIRA, Leila Rabello de. **Biblioteca universitária: uma análise sobre os padrões de qualidade atribuídos pelo Ministério da Educação ao contexto brasileiro**. 2004. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/783/1/Leila%20Rabello%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PERGAMUM. **Sistema Pergamum UFJF**. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://pergamum.ufjf.br:8081/pergamumweb/home_geral/index.jsp>. Acesso em: 01 set. 2017.

PRADO, Heloísa de Almeida. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. atual. São Paulo: Cotez, 2014.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 136-152, jul.-dez. 2013. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/download/17783/10148>. Acesso em: 20 out. 2017.

SPONHOLZ, Regina M. Lamas Pegoraro. **Atribuições de bibliotecários em bibliotecas públicas**. São Paulo: Pioneira, 1984.

SPUDEIT, Daniela. **Elaboração do plano de ensino e do plano de aula**. Rio de Janeiro: Unirio, 2014. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/ELABORAODOPLANODEENSINOEDOPLANODEAULA.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Biblioteca**. Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/biblioteca/2015/07/09/inicial/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Diretoria de Avaliação Institucional**. Juiz de Fora, c2017. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/diavi/>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. **Portal UFJF**. Juiz de Fora, c2017a. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ufjf/sobre/historia/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. **Medicina Veterinária**. Juiz de Fora, c2017b. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/diavi/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

VANTI, Nadia. Ambiente de qualidade em uma biblioteca universitária: aplicação do 5S e de um estilo participativo de administração. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 333-339, dez. 1999 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2017.

XAVIER JUNIOR, Gesner Francisco; GOMES, Rainer Finelli. A gestão da qualidade nas bibliotecas universitárias orientada para a avaliação do MEC. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/607-2370.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/12.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

**APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS COORDENADORES
DOS CURSOS DE VETERINÁRIA, EDUCAÇÃO FÍSICA, JORNALISMO E RÁDIO,
TV E INTERNET**

1. Há quanto tempo você é coordenador do curso?
2. Quais são as principais dificuldades em ser coordenador desse curso?
3. Qual a relação que o curso que você coordena mantém com a Biblioteca Universitária (biblioteca central da UFJF)?
4. Qual a relevância da Biblioteca Universitária (biblioteca central da UFJF) para o curso que você coordena?
5. Qual a importância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)?
6. Como você tem lidado com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC?
7. Como você utiliza o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC no seu trabalho diário?
8. O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC possui uma parte específica para avaliação das bibliotecas. Como você vê essa relação entre as bibliotecas e a avaliação dos cursos de graduação pelo MEC?
9. O que você pensa sobre os requisitos do Instrumento de Avaliação no que tange às bibliotecas?
10. Como acontece a elaboração das ementas das disciplinas do curso em que você é coordenador?
11. Que tipo de envolvimento há entre o curso (sua coordenação, professores, etc) e a Biblioteca Universitária (técnicos, bibliotecários, responsável, etc)?
12. Você enxerga alguma relação entre a Biblioteca Universitária e o desempenho dos alunos no curso?
13. Você gostaria de acrescentar alguma consideração sobre o papel da Biblioteca Universitária da UFJF na avaliação de cursos de graduação pelo MEC?

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM A COORDENAÇÃO E GERÊNCIA DO CDC DA UFJF

1. Há quanto tempo você é gerente na Biblioteca Universitária da UFJF?
2. Quais são as principais dificuldades em desempenhar esse papel de gerente da Biblioteca Universitária da UFJF?
3. Qual a relação que a Biblioteca Universitária (biblioteca central da UFJF) mantém com os cursos que ela subsidia diretamente (Veterinária, Educação Física e Comunicação Social)?
4. Qual a relevância da Biblioteca Universitária (biblioteca central da UFJF) para os cursos que ela subsidia (Veterinária, Educação Física e Comunicação Social)?
5. Qual a importância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)?
6. Como você tem lidado com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC?
7. Como você utiliza o Instrumento dos de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC no seu trabalho diário?
8. O Instrumento de Avaliação de cursos de graduação do MEC possui uma parte específica para avaliação das bibliotecas. Como você vê essa relação entre as bibliotecas e a avaliação dos cursos de graduação pelo MEC?
9. O que você pensa sobre os requisitos do Instrumento de Avaliação no que tange às bibliotecas?
11. Que tipo de envolvimento há entre a Biblioteca Universitária (técnicos, bibliotecários, responsável, etc) e os cursos (sua coordenação, professores, alunos, etc) que ela subsidia?
12. Você enxerga alguma relação entre a Biblioteca Universitária e o desempenho dos alunos nos cursos?
13. Você gostaria de acrescentar alguma consideração sobre o papel da Biblioteca Universitária da UFJF na avaliação de cursos de graduação pelo MEC?

ANEXO A – REVISÃO DOS PLANOS DE ENSINO



REVISÃO DAS FICHAS DE DISCIPLINA



Recomendações do Sistema de Bibliotecas da UFU para ajustes nas fichas de disciplina dos cursos, conforme o Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância (agosto 2015)¹, antes de serem postadas no formulário E-MEC.

- a) Separar bibliográfica básica da complementar.
- b) Manter no mínimo 3 títulos de livros na **Bibliografia Básica** (impresso E virtual) e 5 títulos na **Bibliografia Complementar** (impresso OU virtual).
- c) Ficar atento a títulos de obras repetidas em várias disciplinas. Caso exista repetição de títulos em mais de uma bibliografia é necessário que a biblioteca possua, em seu acervo, a quantidade mínima exigida pelo MEC.
- d) Ficar atento para títulos de obras que atendam a núcleo comum, ou seja, que constem em bibliografias de dois cursos distintos (ou mais). Deve haver exemplares suficientes para a quantidade de vagas oferecidas em cada curso;
- e) Na indicação de documentos eletrônicos (sites) fazer a referência completa. Não deixando apenas o link;
- f) Verificar se os títulos citados nas bibliografias constam no acervo da biblioteca (<http://www.acervobiblioteca.ufu.br:8000/cgi-bin/gw/chameleon>) e adequar² a quantidade de exemplares conforme recomendação do MEC, ou seja, pelo número de vagas anuais pretendidas/autorizadas;
- g) Padronizar as referências de acordo com a norma vigente da ABNT NBR 6023;
- h) Atualizar as edições das referências citadas nas bibliografias de acordo com o acervo existente na biblioteca.
- i) As solicitações de aquisição de material informacional devem ser realizadas via SIGAMI (<http://www.sigami.ufu.br/>). Antes de sugerir a aquisição de algum material informacional consulte o Catálogo Online do Sistema de Bibliotecas – SISBI em: http://www.acervobiblioteca.ufu.br:8000/cgi-bin/gw_46_4_2/chameleon para certificar-se de que a biblioteca ainda não possui o título e/ou o número de exemplares suficientes, bem como consultar na editora se título não está esgotado.
- j) Todos os documentos listados nas fichas devem constar no acervo das bibliotecas do SISBI/UFU.
- k) A fim de atender o indicador 3.8 “periódicos especializados”, informar à biblioteca pelo menos 20 títulos de periódicos (impresso ou eletrônico), corrente nos últimos três anos.
- l) Procurar o bibliotecário de referência para acompanhamento de todo o processo.

¹ A única diferença entre este instrumento e o de maio de 2012, no que se refere à biblioteca, é que neste de 2015 o MEC divulgou os procedimentos para cálculo relacionado ao indicador 3.6 Bibliografia Básica. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf

² Para solicitação de obras acesse: <http://www.solicitacao.sigami.ufu.br/>.

No novo instrumento de avaliação a Biblioteca está inserida na dimensão 3 “infraestrutura”, composta por 3 indicadores: bibliografia básica, bibliografia complementar e periódicos especializados. O Sistema de Bibliotecas trabalha para alcançar o conceito máximo (5). O número de exemplares por títulos de livros disponibilizados na biblioteca deve ser calculado pelo número de vagas anuais, pretendidas/autorizadas de cada uma das unidades curriculares a seguir:

Indicador 3.6 “bibliografia básica”			
CONCEITO	QUANTIDADE DE TÍTULOS	NÚMERO DE EXEMPLARES POR QUANTIDADE DE VAGAS ANUAIS	OBSERVAÇÃO OBRAS ELETRÔNICAS
5	Mínimo de 3 títulos por UC	1 ex. para menos de 5 vagas	Nos cursos que possuem acervo virtual (pelo menos 1 título virtual por unidade curricular), a proporção de alunos por exemplar físico passam a figurar da seguinte maneira: Conceito 3 – 13 a 19 vagas anuais Conceito 4 – de 6 a 13 vagas anuais Conceito 5 – menos de 6 vagas anuais
4	Mínimo de 3 títulos por UC	1 ex. para cada 5 a menos de 10 vagas	
3	Mínimo de 3 títulos por UC	1 ex. para cada 10 a menos de 15 vagas	
2	Mínimo de 3 títulos por UC	1 ex. para cada 15 a menos de 20 vagas	
1	Não está disponível ou menos de 2 títulos por UC	Possui 1 ex. para cada 20 ou mais vagas	

Indicador 3.7 “bibliografia complementar”		
CONCEITO	QUANTIDADE DE TÍTULOS	NÚMERO DE EXEMPLARES POR QUANTIDADE DE VAGAS ANUAIS
5	Pelo menos 5 títulos por UC	2 ex. de cada título ou acesso virtual
4	Pelo menos 4 títulos por UC	2 ex. de cada título ou acesso virtual
3	Pelo menos 3 títulos por UC	2 ex. de cada título ou acesso virtual
2	Pelo menos 2 títulos por UC	2 ex. de cada título ou acesso virtual
1	Não está disponível ou possui menos de 2 títulos por UC	

Indicador 3.8 “periódicos especializados”		
CONCEITO	QUANTIDADE DE TÍTULOS Assinatura/Acesso (impresso ou virtual) distribuídos entre as principais áreas do curso	NÚMERO DE EXEMPLARES POR QUANTIDADE DE VAGAS ANUAIS
5	maior ou igual a 20 títulos	acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos
4	maior ou igual a 15 e menor que 20 títulos	
3	maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos	
2	maior ou igual a 5 e menor que 10 títulos	
1	menor que 5 títulos	acervo não atualizado em relação aos últimos 3 anos

Uberlândia, 7 de novembro de 2016

Coordenação de Atendimento
Sistema de Bibliotecas – UFU
E-mail: diaus@dirbi.ufu.br
Tel.: (34) 3239-4310

ANEXO B – MODELO DO PARECER BIBLIOTECÁRIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 VICE-REITORIA
 SISTEMA DE BIBLIOTECAS



PARECER SISBI Nº 011/2016

REQUERENTE: Coordenação do Curso de Música

ASSUNTO: Análise quantitativa e qualitativa do Projeto pedagógico do Curso de Música

Conforme solicitado pelo requerente, emitimos **parecer favorável** da Diretoria do Sistema de Bibliotecas, quanto à análise da ficha: **Formação do Profissional da Música** do referido curso, desde que sejam consideradas as observações abaixo descritas:

- ✓ *As referências foram alteradas conforme ABNT NBR 6023, em vigor. Os destaques em amarelo são para evidenciar onde foram realizadas alterações. Antes de enviar para DIPED favor excluir este destaque.*
- ✓ *A análise quantitativa está registrada em vermelho. Um dos títulos da Bibliografia Básica possui apenas um exemplar e um dos da Biblioteca Complementar não consta em nosso acervo. Nestes casos recomendamos a aquisição de exemplares via SIGAMI: <http://www.sigami.ufu.br/>.*
- ✓ *Ao transferir as informações desta ficha para outro arquivo, favor não copiar texto sem formatação, para que as referências não percam a marcação de destaque dos títulos dos documentos.*
- ✓ *Antes de enviar as fichas de disciplina para DIPED, lembre-se de retirar as marcações (amarelas e vermelhas).*

As orientações do SISBI na elaboração ou atualização das fichas de disciplinas estão disponíveis em: <http://www.bibliotecas.ufu.br/node/713>, link **clique aqui**.

Uberlândia (MG), 20 de abril de 2016

Maira Nani França Moura Goulart – Bibliotecária CRB-6/1917
 Coordenadora de Atendimento ao Usuário



Avenida João Naves de Ávila, nº 2121 – Bairro Santa Mônica – 38.400-902 – Uberlândia – MG
 Campus Santa Mônica – Bloco 3C – 2º Andar
 Telefone: (34) 3239-4260 – e-mail: dirbi@dirbi.ufu.br – Fax: (34) 3239-4267
<http://www.bibliotecas.ufu.br>